

# A conjuntura econômica alagoana de 2021

Um balanço do segundo semestre

**Prof. Dr. Cícero Péricles de Carvalho**  
cicerocarvalho@uol.com.br



## CONJUNTURA ECONÔMICA DE ALAGOAS: UM BALANÇO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2021.

Todas as previsões para a economia alagoana, realizadas por instituições financeiras e consultorias especializadas, apontam para resultados positivos em relação ao ano passado. Segundo a projeção do Banco Santander, este ano a economia de Alagoas alcançará uma taxa de crescimento de 2,9% do PIB. Entre as instituições financeiras, a previsão do Santander para 2020 foi a mais próxima do resultado oficial, quando o banco calculou um número negativo de -0,8% para a economia alagoana, bem próxima do resultado efetivamente alcançado, no ano passado, de -1,5%<sup>1</sup>. Em maio deste ano, a MB Associados, uma conhecida consultoria de análise macroeconômica, projetava para a economia alagoana uma taxa de 2,67% em 2021<sup>2</sup>.

No plano regional, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que faz acompanhamentos constantes e regulares da economia dos estados, utilizando as projeções da LCA Consultoria, previa, em outubro deste ano, um avanço de 5,5%, com uma forte recuperação nos três setores: serviços (7,4%), indústria (2,5%) e agropecuária (1,9%), e uma taxa de crescimento de 1,7% para 2022<sup>3</sup>. Caso se confirme a previsão do BNB, a economia alagoana terá recuperado o nível de atividade do período pré-pandemia.

Essa possibilidade está vinculada aos avanços na área da saúde. A pandemia mostra sinais de controle, com números de infectados e mortos cada vez menores, neste segundo semestre do ano. O recuo da Covid-19 permitiu a passagem da fase vermelha do distanciamento social, em julho, para a fase azul em setembro. Nesse novo cenário, abrem-se maiores possibilidades para a economia estadual, que chega no quarto trimestre apresentando uma conjuntura econômica mais positiva.

Neste período (outubro-dezembro), tradicionalmente o melhor trimestre do ano para as atividades econômicas, a melhoria no cenário sanitário e a consequente redução das restrições favorecem aos setores de comércio e serviços, bastante sensíveis ao distanciamento social, com realce para as atividades turísticas, que serão beneficiadas pelo retorno das atividades presenciais.

No último trimestre vários aspectos coincidem: o verão, a estação mais movimentada do turismo, que já está dando sinais de reativação, numa temporada que irá até o carnaval de 2022; o campo alagoano, beneficiado pelas chuvas que caíram até setembro, obtém colheitas maiores e mais produção na pecuária; a construção civil trabalha com um ritmo ampliado e mais acelerado para entregar suas obras em dezembro; o comércio e setor de serviços realizam as contratações temporárias, refazem seus estoques para a vendas de final de ano, quando esperam ter um período natalino menos difícil que o do ano passado.

Na área industrial, o Boletim Econômico da Sefaz-AL registra o impacto positivo da reativação, em fevereiro, da fábrica Braskem no Pontal da Barra, influenciando a cadeia químico-plástico, que fez crescer a produção de químicos, principalmente cloro, soda e resinas termoplásticas; na área agroindustrial, o setor canavieiro deu início, no final de agosto, à safra 2021/2022, planejada para até março do próximo ano; e a indústria de alimentos aumentou sua produção<sup>4</sup>. O movimento nesse conjunto de atividades abre espaços para mais empregos, renda e consumo.

---

<sup>1</sup> SANTANDER. Boletim Regional (07/2020).

<sup>2</sup> G1.Globo (21/05/2021)

<sup>3</sup> BNB (set/2021).

<sup>4</sup> SEFAZ-AL. Boletim Econômico (14/10/2021).

No plano regional nordestino, as economias estaduais deverão balizar suas expectativas de crescimento para este ano seguindo o desempenho da economia brasileira, que deverá crescer em torno de 5%, com expectativa de uma taxa menor em 2022 (1%). O Boletim Regional do Banco Central, do mês de agosto, aponta para uma recuperação da economia nordestina no primeiro semestre, contando com os retornos do Auxílio Emergencial e antecipação da 13ª parcela previdenciária, indicando o bom desempenho do comércio, construção civil e serviços financeiros, assim como das atividades turísticas, apontando para a superação do período pré-pandemia<sup>5</sup>. O Banco do Nordeste do Brasil prevê um crescimento de 4,7% para a economia nordestina este ano e de 2,1% para o próximo ano. Diante dessa conjuntura, com a ampliação da população vacinada, espera-se uma melhoria da atividade econômica e um número positivo para o produto interno bruto estadual.

**OS EFEITOS DA VACINAÇÃO.** Em 8 de julho, com a curva de infectados caindo, assim como o número de leitos ocupados, o Governo de Alagoas suspendeu a fase vermelha, retornando para a etapa laranja do distanciamento social. Quinze dias depois, em 22 de julho, confirmando essa tendência positiva, anunciou o novo decreto que avançou para fase amarela em todo território alagoano. Em 25 de setembro, o governo retornou à fase azul do distanciamento social, acompanhando a rápida evolução da vacinação e da queda de infectados. Com isso, ficou para trás o decreto anterior de 19 de março, da fase vermelha, que coincidiu com a “segunda onda” da Covid-19, imobilizando parte das atividades empresariais, restringindo alguns setores da economia até julho de 2021. Com esta progressão alcançando a fase azul, cria-se um novo ambiente no qual os setores econômicos passaram a usufruir das novas medidas de flexibilização.

Nesse processo de reabertura da economia, pesou, decisivamente, o avanço da imunização. No primeiro semestre deste ano, a campanha de vacinação adquiriu mais velocidade e o Boletim de Imunização registra, agora em outubro, 2,3 milhões de alagoanos vacinados com a 1ª dose e 1,7 milhão com a 2ª, num total de 4 milhões de vacinas aplicadas<sup>6</sup>. Os efeitos da vacinação são os esperados. A “segunda onda” da Covid-19 infectou mais de 130 mil alagoanos, cresceu entre novembro do ano passado e junho deste ano, e somente começou a ceder em julho. A partir desse mês, o número de leitos de UTI ocupados para tratamento da Covid teve uma rápida redução do percentual, que passou de 93%, em 4 de julho, para os 15%, em 31 de agosto<sup>7</sup>. No primeiro dia de setembro, do total 1.488 leitos destinados a pacientes de Covid, apenas 130 estavam ocupados, representando 8% do total; ou seja, o distanciamento social e as 3,5 milhões de vacinas aplicadas surtiram os efeitos esperados.

Para o professor Esdras Andrade, coordenador do grupo de trabalho sobre a Covid-19 do Instituto de Geografia Desenvolvimento e Meio Ambiente (Igdema) e membro da Comissão de Gerenciamento da Covid-19 do Hospital Universitário e da Ufal, os números da pandemia em Alagoas estão estabilizados. Segundo os estudos apresentados pela Ufal, a quantidade de pessoas contaminadas no mês de agosto representa uma redução de 56% em relação ao mês de julho e de 75% em comparação a junho. No mesmo período de comparação, as mortes registradas tiveram uma redução de 43% e 55% respectivamente<sup>8</sup>.

---

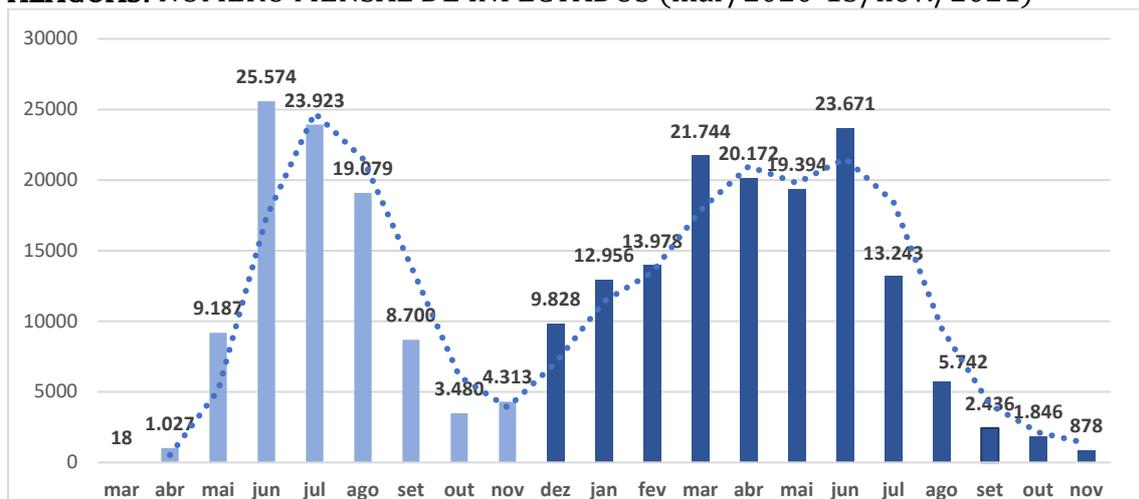
<sup>5</sup> Boletim Regional/Banco Central (2021)

<sup>6</sup> Boletim de Imunização (14/11).

<sup>7</sup> Boletim Covid-19 (n.604- 31/10/2021).

<sup>8</sup> UFAL (03/09/2021).

## ALAGOAS: NÚMERO MENSAL DE INFECTADOS (mar/2020-15/nov./2021)



Fonte: SESAU/AL (2021).

**OS PROBLEMAS DA ECONOMIA. A inflação.** Nos últimos meses, o enfrentamento da pandemia vem apresentando resultados positivos, diminuindo a pressão sobre a sociedade e sua economia. No entanto, persistem as dificuldades da economia alagoana, que têm origem nos mesmos problemas nacionais presentes ao longo do semestre passado: a inflação em alta e o desemprego crescente. A inflação penaliza as atividades empresariais pelo aumento dos custos e reduz o consumo geral pela queda da renda média da população. O Índice de Preço ao Consumidor (IPCA), do IBGE, acumulado nos nove meses deste ano (janeiro-outubro) alcança 8,24%, enquanto a inflação geral acumula 10,67% em um ano (outubro de 2020 a outubro de 2021). O maior desde 2016.

Na composição do índice geral de preços, chama a atenção o aumento de preços de alguns itens básicos do consumo geral: os alimentos, os combustíveis e a energia elétrica. Alagoas, como os demais estados do Brasil, sofre as consequências da política de paridade de importação da Petrobras, adotada em 2017, que, dolariza o preço dos combustíveis e penaliza consumidores e produtores brasileiros. No campo da produção alimentar, a desativação dos programas de estoques reguladores e de abastecimento da Conab tem se revelado uma política agrícola prejudicial aos interesses nacionais, principalmente dos segmentos mais pobres; e a ausência de planejamento na área energética ocasiona constantes aumentos de preços e aumenta o risco de abastecimento de energia elétrica.

Com reajustes expressivos de janeiro até setembro, o preço da gasolina acumula uma alta de 42%, o diesel 32%, a energia elétrica residencial 34% e o etanol 65%<sup>9</sup>. Particularmente, o gás aumentou em mais 7% com o recente reajuste, chegando ao acumulado de 38% neste ano, impactando a renda familiar e a rede de serviços que utilizam o gás como insumo. O botijão de 13 kg ultrapassou os R\$ 100,00 em grande parte dos pontos de venda, um valor equivalente a 10% de um salário mínimo.

No plano estadual, a Equatorial, que, em julho do ano passado, tinha feito uma “revisão tarifária extraordinária” de 10%, elevou, em maio deste ano, em 8,6% as tarifas médias da energia elétrica em Alagoas. Por sua vez, a BRK, empresa que assumiu, recentemente, a distribuição de água na região metropolitana de Maceió,

<sup>9</sup> Valor (08/10/2021).

anunciou um aumento de 8% neste serviço público para o mês de outubro, mas teve esse aumento suspenso, temporariamente, pelo Tribunal de Justiça<sup>10</sup>.

A inflação dos alimentos disparou em 2021. A Associação Brasileira de Supermercados (Abras) realiza um levantamento mensal da cesta básica, incluindo o Estado de Alagoas. A cesta básica da Abras é composta por 35 produtos de consumo popular das famílias brasileiras, sendo 25 alimentos e 10 de material de limpeza e higiene pessoal. Neste levantamento, o crescimento dos preços acumulados de janeiro a julho deste ano chega a 9,4%. Em Alagoas, a cesta da Abras custava 533 reais em julho de 2020 e passou para 630 reais em julho deste ano, ou seja, um aumento de 18,3% em doze meses<sup>11</sup>. O valor da cesta básica da Abras corresponde a 60% do salário mínimo. Isso impacta na renda das famílias, principalmente as mais pobres, aquelas que recebem até 2 salários mínimos, ou seja, 80% das famílias alagoanas.

O levantamento do valor médio da cesta básica de alimentos nos estados vem sendo realizado, mensalmente, desde 1959, pelo Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE). No Nordeste, essa pesquisa mensal é realizada em seis das nove capitais. No mês de outubro, o valor da cesta básica acumulava uma variação entre 4,95% e 15,55%, para os doze últimos meses, representando um custo entre 45,62% e 55,43% do salário mínimo vigente (R\$1.100,00). Esses valores refletem o custo médio da cesta básica regional, no qual está incluído o preço médio na capital alagoana.

#### NORDESTE: VALOR DA CESTA BÁSICA (OUTUBRO/2021)

CAPITAL	VALOR DA CESTA (R\$)	% DO SM	VARIAÇÃO NO ANO (%)	VARIAÇÃO EM 12 MESES (%)
FORTALEZA	563,96	55,43	5,42	10,66
NATAL	504,66	49,60	10,00	15,55
RECIFE	485,26	47,69	3,38	3,44
SALVADOR	487,59	47,92	1,78	7,28
JOÃO PESSOA	491,12	48,27	3,35	9,15
ARACAJU	464,17	45,62	2,43	4,95

Fonte: DIEESE (2021).

**Emprego e renda.** O segundo forte indicador consiste no nível de ocupação da força de trabalho, que pode ser acompanhado de duas formas distintas: no caso do emprego formal, daqueles com carteira assinada, podemos analisar o desempenho com base nos resultados mensais do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) de janeiro a agosto; e, no universo mais amplo da força de trabalho, dos assalariados formais e informais, a análise pode ser realizada, trimestralmente, com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE.

O CAGED informa que, nos primeiros nove meses, como era esperado, o saldo foi levemente positivo, dividido em dois períodos, influenciados pelas contratações de canavieiros do setor sucroalcooleiro: nos meses de janeiro a maio, de final da safra e começo da entressafra, o setor apresentou um saldo negativo de 17 mil empregos; e o período de junho a setembro, quando apresentou um saldo de 20 mil empregos devido à retomada da produção. Por outro lado, no segundo semestre, com a flexibilização das atividades, os setores do comércio e serviços passaram a apresentar números mais positivos na área das contratações.

<sup>10</sup> G1.Globo (03/09/2021).

<sup>11</sup> ABRAS (09/09/2021).

No entanto, os resultados gerais de desemprego não refletem o quadro do mercado de trabalho. Importa dizer que, este ano, os dados do CAGED, de emprego formal, ainda estão influenciados pelo efeito do Programa de Manutenção Emprego e Renda. Pelo acordado nesse programa emergencial, os trabalhadores que assinaram contratos de suspensão ou redução da jornada no final do ano passado tiveram a garantia do posto de trabalho estendida pelo mesmo número de meses nos quais recebeu o benefício.

**ALAGOAS: EMPREGOS/DESEMPREGOS FORMAIS (2021 – jan./set.)**

<b>MÊSES</b>	<b>ADMITIDOS</b>	<b>DESLIGADOS</b>	<b>SALDO</b>
JANEIRO	10.315	10.814	-499
FEVEREIRO	9.615	10.193	-578
MARÇO	10.236	18.733	-8.497
ABRIL	8.613	11.903	-3.290
MAIO	9.875	7.259	2.616
JUNHO	11.539	6.933	4.606
JULHO	12.072	8.203	3.869
AGOSTO	14.272	8.829	5.443
SETEMBRO	25.589	8.504	16.885
<b>TOTAL</b>	<b>111.926</b>	<b>91.371</b>	<b>20.555</b>

Fonte: Secretaria do Trabalho/Ministério da Economia (2021).

Como milhares desses assalariados assinaram contrato nos meses finais do ano, eles continuaram em seus empregos nos quatro primeiros meses de 2021, e os números de desligamentos foram abrandados. A partir de maio, com a volta do Programa de Manutenção do Emprego, até agosto, mais 45 mil trabalhadores assinaram acordos de redução ou suspensão do contrato de trabalho, em mais de nove mil empresas, influenciando, desta maneira, os dados dos meses seguintes

Outra fonte de informação vem da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), de regularidade trimestral. Essa pesquisa registra que, em Alagoas, como em todos os estados nordestinos, a pandemia atingiu a sociedade nas suas características de pobreza econômica e social, principalmente os trabalhadores de menor renda. Na atual conjuntura, para se compreender o impacto da pandemia na força de trabalho, e o peso das transferências e da renda social pública, busca-se entender a estrutura da renda nas atividades econômicas. Essa renda vem sendo dimensionada a cada três meses pelo IBGE. Recentemente saiu a edição da PNAD para o trimestre abril/maio/junho de 2021<sup>12</sup>.

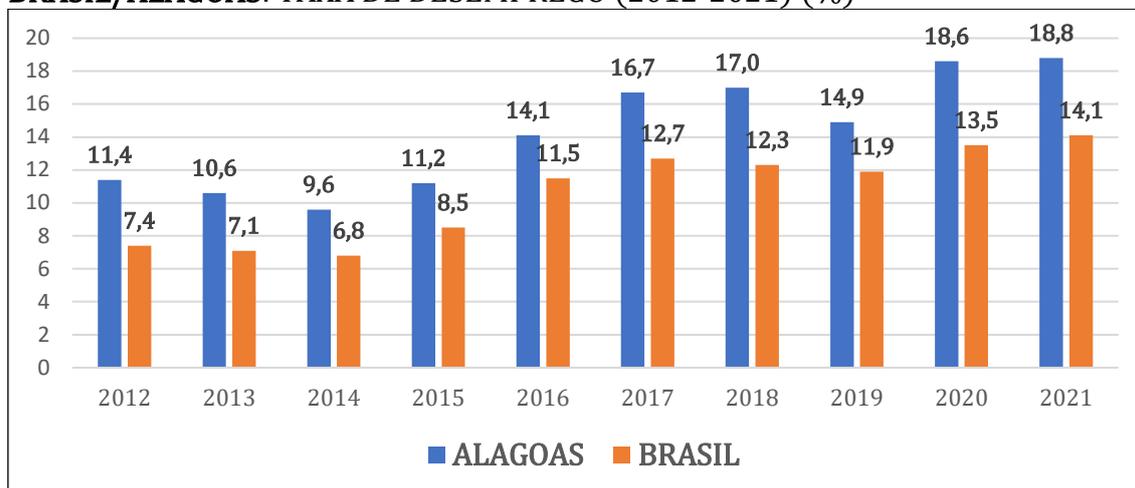
Apesar de todos os recursos emergenciais no enfrentamento da pandemia, o quadro de desemprego em Alagoas este ano continuou tão preocupante como no ano anterior, com a desocupação mantendo seu elevado nível (18,8%), constituindo-se na quarta maior taxa do Brasil. No mesmo período, a subutilização da força de trabalho chegou a 43,8%, a segunda maior do país, assim como a taxa dos informais (47,8%). O isolamento social teve como consequência o aumento das características históricas da economia alagoana e do mundo do trabalho em Alagoas: a informalidade, o desemprego e a subutilização da força de trabalho.

São 3,3 milhões de alagoanos residentes no estado, 2,7 milhões são maiores de 14 anos, com idade de trabalhar. Em Alagoas, a força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) abrange um conjunto de 1,3 milhão de pessoas. Desses, um

<sup>12</sup> IBGE/ PNADC (31/08/2021).

milhão são os ocupados, 700 mil são empregados (nos setores públicos e privados e serviços domésticos), 39 mil são empregadores e 293 mil trabalhadores por conta-própria (autônomos). Os desempregados são 246 mil (18,8% da força de trabalho). Nessa força de trabalho, 540 mil pessoas pertencem ao conjunto das ocupadas, mas estão na informalidade, sem contrato ou, quando autônomos, sem documentação do CNPJ, representando 47,8% desse conjunto amplo.

#### BRASIL/ALAGOAS: TAXA DE DESEMPREGO (2012-2021) (%)



Fonte: IBGE/PNADC (ago./2021).

No conjunto da mão de obra disponível (força de trabalho + força de trabalho potencial), 718 mil pessoas (43,8%) compõem o conjunto dos subutilizados, composto por 246 mil desocupados (que buscam emprego), por 331 mil pessoas que estão na categoria “potencial da força de trabalho” formada, basicamente, por desalentados (que deixaram de procurar emprego) e por mais 141 mil pessoas que, apesar de ocupadas, são subutilizadas por insuficiência de horas trabalhadas, e, por isso, não são consideradas trabalhadores plenos. Esse vem sendo um universo de trabalhadores majoritariamente pobres, sem atividade regular ou garantias sociais.

#### ALAGOAS: INDICADORES PARA TRABALHO E RENDIMENTO (2021) (mil)

CATEGORIAS	abr-jun/2020	jan-mar/2020	abr-jun/2021
População com + 14 ANOS	2.631	2.685	2.718
Força de Trabalho	1.101	1.272	1.306
Ocupada	905	1.018	1.060
Desocupada	197	254	246
Empregado	607	674	698
Setor Privado (s/cart.)	366 (126)	422 (148)	424(154)
Setor Público (s/cart.)	185 (50)	187 (56)	202(63)
Domésticos (s/cart.)	57 (46)	65 (53)	72 (54)
Empregador (s/CNPJ)	29 (7)	32 (9)	39 (17)
Conta-própria (s/CNPJ)	241 (213)	287 (250)	293 (252)
Trabalhador Familiar Auxiliar	28	25	30
Informais	470	541	540
Força de Trabalho Subutilizada	698	776	718
Com insuficiência de horas tra.	98	139	141
Potencial (Desalentados)	403 (287)	384 (278)	331(258)

Fonte: IBGE (Pnadc, ago./2021).

Como era de se esperar, a renda média do trabalho em Alagoas (R\$ 1.652) se apresenta mais baixa comparada à renda média do Brasil (R\$ 2.515) e também levemente menor do que a renda média nordestina (R\$1.714). Além da pouca dinâmica econômica estadual, do grau menos elevado de escolaridade e da formação profissional deficiente dessa força de trabalho, o rendimento dos assalariados tem diminuído pela presença de um grande contingente de trabalhadores na informalidade e, principalmente, pelo conjunto dos “subutilizados”, dispostos a maiores concessões trabalhistas e salarias.

**ALAGOAS: RENDIMENTO MÉDIO REAL DE TODOS OS TRABALHOS (2021). (mil)**

ESTADO/REGIÃO	abr/jun/2020	jan/mar/2021	abr/jun/2021
ALAGOAS	1.674	1.657	1.652
NORDESTE	1.879	1.729	1.714
BRASIL	2.693	2.594	2.515
SÃO PAULO	3.389	3.254	3.096

Fonte: IBGE (Pnad, 2021).

Essa pobreza social explica a necessidade e a importância da massiva renda social pública (Auxílio Emergencial, Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada) e de instrumentos como seguro-desemprego que, nos nove primeiros meses deste ano, pagou R\$260 milhões, recursos que ajudam na composição da renda familiar<sup>13</sup>. Ao longo do ano passado, a renda média dos alagoanos registrou uma queda no período mais intenso da pandemia (março/junho) para alcançar uma pequena recuperação nos meses de flexibilização da economia (outubro/dezembro), influenciada pela renda pública, retornando ao patamar anterior no primeiro semestre deste ano.

**CONSUMO.** O consumo vai sendo determinado pelo nível de emprego e renda e influenciado pela inflação e presença dos programas sociais. A suspensão nos quatro meses do ano dos programas de estímulo à economia (Auxílio Emergencial, Programa de Manutenção do Emprego e linhas emergenciais de crédito) se fez sentir de imediato, principalmente no consumo geral. A pandemia encontrou os setores de comércio e serviços com vendas em baixa desde o ano anterior. Em 2019, o comércio alagoano obteve uma taxa anual e negativa de -2,4%, e as vendas anuais no setor de serviços caíram em -5,5%. No ano passado (2020), em plena pandemia, mesmo com a maior cobertura do auxílio emergencial, o comércio terminou o ano com o índice de -2,2% e o setor de serviços repetiu o resultado negativo, obtendo a maior taxa nacional (-16,1%).

No consumo estadual pesa decisivamente o contexto inflacionário do segundo semestre de 2020 e do primeiro de 2021. Nos nove primeiros meses deste ano, a inflação geral, medida pelo IPCA alcançou taxas mensais expressivas (0,25% em janeiro, 0,86% em fevereiro, 0,93% em março, 0,31% em abril, 0,83% em maio, 0,53% em junho, 0,96 em julho, 0,89% em agosto, 1,14% em setembro e 1,2% em outubro) somando 8,24%, acumulando 10,67% para a inflação geral dos 12 últimos meses, a maior dos cinco últimos anos<sup>14</sup>. A elevação dos preços dos alimentos alcança 15,5% e o valor da cesta básica chega a 50% do salário mínimo que, em outubro deste ano, deveria ser equivalente a R\$ 5.886,50, cinco vezes o valor atual<sup>15</sup>. Estes índices

<sup>13</sup> MTE (2021).

<sup>14</sup> Valor Econômico (09/09/2021).

<sup>15</sup> DIEESE (2021).

influenciaram diretamente a inflação da baixa renda, daqueles que recebem entre 1 e 2,5 salários mínimos, a maioria das famílias, sinalizando a perda da renda, baixando o consumo dos segmentos mais pobres,

Apesar dos efeitos positivos, decorrentes do aumento da mobilidade associada ao avanço do processo de vacinação e do retorno do Auxílio Emergencial sobre o comércio e serviços, os dois mais importantes setores da economia estadual não conseguiram recuperar as perdas dos dois anos anteriores e, influenciados pela maioria de seus segmentos, estão entrando no terceiro ano de dificuldades, com resultados distantes de seus anos de vendas crescentes, no período pré-crise e pré-pandemia. Essa performance do consumo significa menor volume de receita e de investimentos, e mais desemprego.

#### ALAGOAS: SETORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS / 2019-2021(jan/set)

SETOR	2019	2020	2021								
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
SERVIÇOS	-5,5%	-16,1%	-9,0%	4,2%	1,9%	-3,1%	7,1%	0,7	5,5	4,0	-3,0
COMÉRCIO	-2,4%	-2,2%	-3,9%	0,9%	-1,5%	-2,3%	5,6%	-0,4	-0,1	-1,3	-3,3

Fonte: IBGE (2021).

A oscilação de resultados, nos primeiros oito meses de 2021, compreende a característica de desempenho dessas duas redes, alternando números negativos e positivos: as vendas do setor de comércio mantiveram-se em retração em sete dos nove meses (janeiro, março, abril, junho, julho, agosto e setembro); e o setor de serviços oscilou seu desempenho com meses de resultados negativos (janeiro, abril e setembro) e outros positivos (fevereiro, março, maio, junho, julho e agosto).

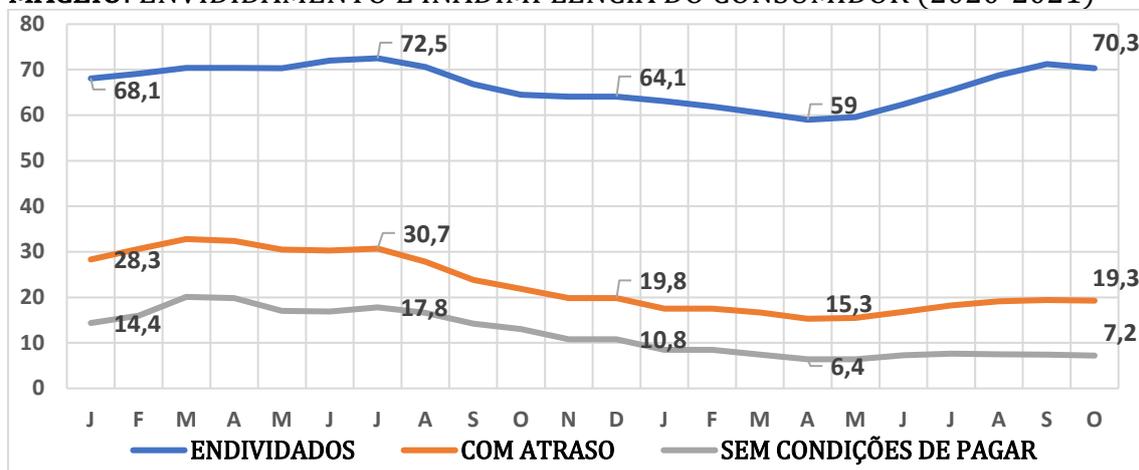
**Endividamento e Inadimplência.** A renda social pública, presente e ampliada em 2020, sustentou e aumentou a demanda de bens essenciais, conseguindo diminuir o impacto da crise, permitindo o pagamento à vista de parte das compras, assim como a prioridade para a quitação de parte dos débitos, o que se refletiu na queda dos índices de endividamento e inadimplência a partir do mês de julho do ano passado. Naquele período, o Auxílio Emergencial, a antecipação da 13ª parcela da previdência social, do FGTS e outros mecanismos de estímulo à economia colocaram um grande volume de renda nas mãos dos segmentos mais pobres. Esses recursos excepcionais, depositados em contas de bancos públicos, permitiram a formação de uma “poupança prudencial” com a parte não gasta da renda extra, resultado da adoção de um comportamento mais cauteloso dos consumidores em suas despesas, com efeito positivo na renda a ser gasta nos primeiros meses deste ano.

Nos meses de janeiro a abril deste ano, apesar da suspensão dos programas de apoio à economia e da alta inflacionária, essa reserva criada pelos recursos disponibilizados no ano passado continuou influenciando o consumo. Neste período, ela se associou aos pagamentos regulares do funcionalismo público e dos trabalhadores do setor privado, combinando-se com a renda previdenciária e dos programas de transferência direta de renda, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o Bolsa Família (que voltou a ser pago de janeiro a abril). Esses recursos, mesmo não sendo suficiente para segurar a queda do consumo geral, continuaram direcionadas às compras de produtos básicos do varejo popular, permitindo, também, a manutenção da redução das taxas de endividamento e inadimplência alcançadas no ano anterior.

No entanto, nos meses de maio a outubro, houve uma mudança de comportamento quando as taxas de endividamento e inadimplência voltaram a crescer em decorrência da diminuição da “poupança prudencial”, dos cortes do

Auxílio Emergencial, que, depois de quatro meses sem pagar, retornou com um menor grau de cobertura (de 717 mil beneficiários este ano contra 1,2 milhão no ano passado) e um valor mais baixo nos benefícios. Pesou, também, a manutenção da taxa elevada de desemprego (18,8%), a queda da renda média, registrada na PNAD trimestral do IBGE, e a elevação constante dos preços.

#### MACEIÓ: ENVIDIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR (2020-2021)



Fonte: Fecomércio (2021).

**AUMENTO DA POBREZA.** Um dos efeitos perversos da atual conjuntura pode ser atribuído ao aumento da pobreza (e da pobreza extrema) em todo o país. Uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicada recentemente, informa que a pobreza em Alagoas avançou em mais um ponto, entre janeiro de 2019 e janeiro de 2021, alcançando o índice de 47,5% de sua população total, o quinto maior entre os 27 estados<sup>16</sup>. A explicação deste fenômeno vem do aumento do desemprego, da inflação no período analisado e da redução das transferências diretas de renda. O conceito de pobreza da FGV, o mesmo do Banco Mundial, considera pobre o cidadão com um rendimento mensal *per capita* de até R\$400,00 e na extrema pobreza aquele com um rendimento de até R\$160,00.

#### ALAGOAS: INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO (CADÚNICO) (setembro/2021)

FAMÍLIAS/PESSOAS	DEZEMBRO 2020	SETEMBRO 2021
<b>FAMÍLIAS (renda <i>per capita</i> R\$)</b>	<b>657.130</b>	<b>704.765</b>
EXTREMA POBREZA (0-89)	403.592	433.036
POBREZA (89-178)	46.917	49.608
BAIXA RENDA (178- ½ SM)	97.896	106.991
ACIMA ½ SM	108.725	115.130
<b>PESSOAS (renda <i>per capita</i> R\$)</b>	<b>1.703.837</b>	<b>1.783.585</b>
EXTREMA POBREZA (0-89)	1.149.323	1.204.584
POBREZA (89-178)	138.435	135.062
BAIXA RENDA (178- ½ SM)	269.886	289.928
ACIMA DE ½ SM	146.193	154.011

Fonte: MDS (2021).

Por sua vez, o Ministério da Cidadania informa que o número de alagoanos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)

<sup>16</sup> Valor (25/08/2021).

creceu, entre dezembro de 2020 e setembro de 2021, em 47 mil famílias (mais 80 mil pessoas), resultando em 704 mil famílias inscritas, correspondendo a 1,8 milhão de pessoas, o equivalente a 53% da população de Alagoas. Dessas pessoas, 1.204.584 vivem na pobreza extrema, com renda mensal inferior a R\$89,00. Estes números deverão crescer nos próximos levantamentos, na medida em que os valores para a classificação das famílias foram modificados para uma renda mensal *per capita* de R\$100,00 (extremamente pobres) e R\$200 (pobres), respectivamente.

**POLÍTICAS PÚBLICAS.** No âmbito da administração pública, as transferências constitucionais exercem um papel fundamental nas finanças estaduais e municipais. Estado e prefeituras têm nestes repasses mensais uma de suas principais fontes de recursos com os quais mantêm parte considerável de suas atividades regulares. Os recursos públicos federais também participam da vida estadual por meio de seus programas de desenvolvimento, fomentando as atividades econômicas, sejam agrícolas ou urbanas. No âmbito das políticas sociais se reconhece a ampla participação dos aportes federais. Os programas sociais permanentes de educação e saúde e as transferências diretas de renda fazem parte do cotidiano da maioria da população de Alagoas, com os valores significativos transferidos para os municípios e Estado pelos mecanismos constitucionais:

**ALAGOAS: TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS (2017-2021).**

ANO	ESTADO	MUNICÍPIOS	TOTAL
2017	3.807.741.547,61	4.618.503.896,27	8.426.245.443,88
2018	3.992.167.338,95	5.093.622.201,00	9.085.789.539,95
2019	4.310.098.329,21	5.483.272.328,29	9.793.370.657,50
2020	4.507.154.970,66	6.056.726.092,53	10.563.881.063,19
2021 *	3.972.125.565,19	4.880.383.117,31	8.852.508.682,5

Fonte: STN (2021) \*(de janeiro a outubro)

Nas regiões mais pobres, como o Nordeste, o Programa Bolsa Família é uma experiência de grande impacto, e dezenas de estudos confirmam a sua efetividade na redução da pobreza extrema. Em Alagoas, esse programa pagava, mensalmente, 76 milhões de reais a 415 mil famílias, num montante anual de, aproximadamente, R\$ 900 milhões. No entanto, tem sido a previdência social o programa social de maior impacto na redução da pobreza e da desigualdade. Pelo número de beneficiários em todo o país (36 milhões de previdenciários contra 14,6 milhões do Bolsa Família) e pelo valor anual pago aos aposentados e pensionistas (R\$627 bilhões de reais contra R\$31 bilhões do Bolsa Família). No caso alagoano, os números da cobertura e os valores pagos confirmam essa importância: são 542 mil beneficiários (428 mil previdenciários e mais 113 mil inscritos no Benefício de Prestação Continuada), que recebem, mensalmente, R\$ 711 milhões, num montante anual de R\$ 9 bilhões.

**ALAGOAS: PAGAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (setembro/2021)**

FAIXAS E BPC	BENEFICIÁRIOS	VALOR MENSAL
1 SM	334.754	363.664.807
1-5 SMs	91.249	205.602.430
5 ou + SMs	2.802	16.700.570
SUB-TOTAL	428.805	585.987.808
BPC	113.819	125.291.751
TOTAL	542.624	711.279.559

Fonte: Ministério da Previdência (2021)

Em conjunturas extraordinárias da vida regional, como nas secas prolongadas ou no período emergencial decorrente da pandemia, os recursos federais respondem, com rapidez e volume, às demandas das regiões mais pobres, como a alagoana. No ano passado, a combinação do Auxílio Emergencial mais o Programa de Manutenção do Emprego e Renda e a abertura ou a ampliação das linhas emergenciais de crédito gerou um ambiente econômico mais resistente às medidas de restrição de movimentos determinadas pelo distanciamento social.

No primeiro ano da pandemia, os mecanismos emergenciais de estímulo à economia tiveram um papel decisivo para que a economia alagoana, mesmo alcançando uma taxa negativa de crescimento (-1,5%), apresentasse um desempenho melhor que os demais estados nordestinos. Este ano, o retorno dos pagamentos do Auxílio Emergencial, do Programa de Manutenção do Emprego e a antecipação da 13ª parcela dos aposentados e pensionistas do INSS contribuíram para a recuperação da economia do Estado, em especial no comércio e em serviços.

**O Auxílio Emergencial.** No ano passado, dentro das medidas anti-crise aprovadas, o destaque ficou com a presença massiva do Auxílio Emergencial, pela sua capacidade de garantir o acesso a alimentos, remédios e ao pagamento das contas mensais à maioria das famílias alagoanas. Mesmo com a redução dos valores e do grau de cobertura na sua segunda fase (setembro/dezembro), o Auxílio Emergencial impactou a economia com R\$ 5,5 bilhões em renda pública.

#### ALAGOAS: AUXÍLIO EMERGENCIAL (2020)

MESES	BENEFICIÁRIOS	VALOR (Mi)	MESES	BENEFICIÁRIOS	VALOR (Mi)
ABR	1.226.760	R\$ 880	SET	883.371	R\$ 261
MAI	1.223.890	R\$ 879	OUT	963.133	R\$ 286
JUN	1.205.968	R\$ 867	NOV	1.002.847	R\$ 299
JUL	1.197.011	R\$ 861	DEZ	1.001.270	R\$ 299
AGO	1.165.135	R\$ 840	-----	-----	-----

Fonte: Ministério da Cidadania (2021).

No primeiro semestre deste ano, o cenário econômico esteve marcado pelas dificuldades da economia nacional, num ambiente de permanência da Covid, que justificou o retorno dos mecanismos públicos de estímulo à economia. Desta forma, depois de um hiato de quatro meses, voltaram o Auxílio Emergencial e o Programa de Manutenção do Emprego e Renda. Neste período, a economia foi impactada pela antecipação da Previdência, de dezembro para os meses de maio e junho; e pela prorrogação de três novas parcelas do Auxílio Emergencial para os meses de agosto a outubro, ajudando na formação da renda familiar e no alívio das difíceis condições financeiras da população.

Desde maio, o Auxílio voltou com um recuo no valor do benefício, no número de parcelas mensais e no grau de cobertura. São 717 mil pessoas que continuaram recebendo, bem menos que 1,2 milhão no passado; os valores do benefício ficaram entre R\$150 e 375 reais, quatro vezes menos que na primeira etapa do ano passado, quando as parcelas variavam entre 600 e 1200 reais. Os efeitos são claros, e o impacto tem sido bem menor no consumo de bens populares. Apesar dessas reduções, o Auxílio Emergencial, mesmo sem a força e a presença apresentadas no ano passado, continua sendo importante como complemento de renda dos mais pobres, assim como para os setores econômicos que atendem parte majoritária da população (serviços e comércio popular, agricultura de alimentos e indústria de produtos básicos).

Quando a renda pessoal ou familiar sobe um pouco – como é caso dos que recebem o Auxílio Emergencial –, o destino desses benefícios se volta à aquisição dos bens mais importantes para a família, numa ordem mais ou menos conhecida: alimentos, remédios, material de limpeza e higiene pessoal, transporte, ou para o pagamento de compromissos mensais como conta de energia, água e aluguel. Foram 170 milhões de reais a cada mês, que, nos três meses de prorrogação, rendeu mais R\$ 510 milhões para os 717 mil beneficiários alagoanos. Neste caso, o Auxílio vai todo para o setor de serviços e comércio, principalmente aqueles negócios que atendem o público de baixa renda, os segmentos C, D e E, movimentando os mercadinhos, farmácias, lojas e feiras populares.

**Auxílio Brasil.** Com o final do Auxílio Emergencial, os inscritos no Bolsa Família migrarão diretamente para o novo programa, o Auxílio Brasil, no mês de novembro. A passagem do Bolsa Família para o Auxílio Brasil terá poucas mudanças substanciais, além do nome do programa. Serão duas diferenças básicas: a primeira na cobertura, incluindo as famílias consideradas “pobres”, com renda entre 89 e 178 reais por pessoa, além da permanência garantida das “extremamente pobres”, aquelas que têm renda de até 89 reais por pessoa; e, segunda diferença, no valor pago, um aumento de 20% na mensalidade que hoje gira em torno de R\$186,00. Por sua vez, as famílias caracterizadas como da extrema pobreza, aquelas com renda de até R\$ 89 por pessoa, receberiam um benefício mensal mínimo de R\$400,00.

O novo programa passaria a cobrir 40% das famílias alagoanas, uma população de 1,3 milhão de pessoas: as 425 mil famílias consideradas de “extrema pobreza” receberiam 400 reais mês, o que representaria um recurso de R\$170 milhões mensais; as demais 48 mil famílias “pobres” receberiam o antigo benefício com mais 20% de aumento, passando dos atuais 186 reais para R\$220, resultando num valor mensal de 10 milhões de reais. O Auxílio Brasil, portanto, chegaria a 473 mil famílias e o valor mensal alcançaria R\$180 milhões. Esse valor é maior que o pago atualmente aos beneficiários do Auxílio Emergencial, aproximadamente R\$ 170 milhões, e maior ainda que os gastos mensais com o Bolsa Família, hoje em torno 76 milhões de reais mensais.

**Programa de Emprego e Renda.** No período da pandemia, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda (PMER) se apresentou como o principal instrumento de defesa dos assalariados com contrato de trabalho celetista. O PMER teve como objetivo declarado manter empregos e a remuneração dos trabalhadores atingidos pelo impacto da epidemia sobre as atividades econômicas. Foi o programa de maior impacto, logo depois do Auxílio Emergencial, pela garantia do posto de trabalho para um enorme contingente de assalariados formais e pelo apoio à sobrevivência das empresas, sustentando uma parte considerável dos empregos e parte dos negócios, principalmente nas MPE's.

O PMER permitia a redução temporária da jornada de trabalho e dos salários, na mesma proporção, bem como a suspensão dos contratos de trabalho, oferecendo uma compensação – o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda – cobrindo parte da perda de rendimentos durante esse período. Com a cessação do prazo pactuado ou caso o empregador decidisse antecipar seu encerramento, a jornada e o salário voltariam ao patamar anterior, com o emprego garantido<sup>17</sup>. Em Alagoas, o público potencial desse programa, o conjunto de trabalhadores formais, alcança 340.465 assalariados com carteiras assinadas, concentrados nos setores de

---

<sup>17</sup> DIEESE (2020).

serviços (166.241), comércio (90.209), indústria (54.019), construção (24.430) e agropecuária (8.566).

O Programa de Manutenção do Emprego e Renda, sem tanta presença na mídia econômica, garantiu uma relativa estabilidade no mercado de trabalho ao realizar 200 mil contratos de redução ou suspensão da jornada de trabalho, de abril a dezembro do ano passado. Pelos dados do Ministério da Economia, 15.500 empresas alagoanas foram beneficiadas ao utilizar os mecanismos de apoio desse programa<sup>18</sup>. Suspenso em dezembro passado, o programa voltou em 28 de abril deste ano. Até ser suspenso em agosto, mais 9.149 empresas realizaram contratos com 45.642 trabalhadores.

O Programa de Emprego representou um enorme benefício para o conjunto da economia estadual. Primeiro, por colaborar com a viabilização de nove mil empresas em Alagoas, principalmente micro e pequenos empreendimentos impactados pela pandemia, que recorreram a esse mecanismo; segundo, por garantir o posto de trabalho de 45 mil assalariados; e, terceiro, por manter a renda do consumo básico dessas famílias, influenciando o comércio e o setor de serviços.

Na pandemia, essas nove mil empresas enfrentaram uma série de dificuldades, sendo a maior delas a queda de consumo e, portanto, a redução de vendas, muito determinada pelo desemprego e pela inflação; os negócios tiveram problemas com os pagamentos de fornecedores, dificuldades de acesso ao crédito, pagamento de impostos e, claro, com a folha de pessoal. Numa conjuntura de retração, há sempre uma tendência para a dispensa de mão de obra. Com o programa, essa despesa com os salários foi amenizada, dando fôlego para as empresas e, para os trabalhadores, que puderam se manter em atividade numa situação de desemprego alto. Sem esse programa, os assalariados formais teriam mais dificuldades para permanecer no posto de trabalho e o número de desempregados seria ainda maior.

#### ALAGOAS: PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E RENDA (mai-ago/2021)

TIPO DE CONTRATO		IDADE		SETOR	
Suspensão	18.510	Até 29 anos	15.201	Agropecuária	36
70%	13.781	30-39 anos	15.221	Comércio	14.847
50%	9.505	40-49 anos	10.149	Construção	1.166
25%	3.846	50 e + anos	5.061	Indústria	3.354
-----	-----	-----	-----	Serviços	26.239
-----	45.642	-----	45.642	-----	45.642

Fonte: MTE (2021).

**Seguro-desemprego.** Outra forma de acompanhar o mercado de trabalho em Alagoas tem sido o seguro-desemprego, uma assistência financeira temporária aos trabalhadores dispensados sem justa causa, que podem solicitar o seguro-desemprego até 120 dias (4 meses) depois da data de demissão, quando poderão receber de três a cinco parcelas no valor de 1.000 até 1.900 reais, valor, portanto, superior ao do Auxílio Emergencial.

Em Alagoas, esse programa paga, mensalmente, uma média de R\$29 milhões destinados aos segurados, o equivalente a 26 mil salários mínimos mensais. São recursos destinados diretamente ao consumo. Entre os meses de janeiro e setembro, o seguro-desemprego continuou no seu importante papel de renda familiar, pagando mais de R\$260 milhões aos beneficiários.

<sup>18</sup> Ministério da Economia/Sec. Trabalho (2020).

**ALAGOAS: SEGURO-DESEMPREGO (jan./set - 2021)**

MÊS	PARCELAS	VALOR (mi)	MÊS	PARCELAS	VALOR (mi)
Jan	20.435	26,5	Jun	22.377	28,1
Fev	19.739	25,9	Jul	24.289	31,7
Mar	24.458	31,8	Ago	24.407	31,9
Abr	22.502	29,3	Set	20.766	27,1
Mai	21.535	27,0	-----	-----	-----

Fonte: Ministério da Economia (2021).

**IMPACTO SETORIAL: Comércio e Serviços.** No terceiro trimestre deste ano (julho/setembro), os grandes setores da economia apresentaram situações diferenciadas. O comércio e os serviços continuaram sendo os mais impactados pela queda de renda da população e pelas perdas de receita, devido às medidas de restrição à circulação, coincidentes com a “segunda onda” da Covid-19 e com os decretos de restrição na fase vermelha, entre março e começo de julho. Nestes dois setores, os segmentos mais afetados foram o comércio de produtos não essenciais, e, na área de serviços, o segmento das empresas de alimentação e de hotelaria.

**ALAGOAS: SETOR DE ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO (2020).**

PORTE	RESTAURANTES	LANCHONETES	ALIMENTAÇÃO AMBULANTE	TOTAL
MEI	1.881	3.393	2.166	7.440
ME	1.662	1.248	52	2.962
EPP	207	117	3	327
OUTROS	45	58	2	105
TOTAL	3.795	4.816	2.223	10.834

Fonte: DataSebrae (2021).

No plano estadual, o segmento de bares e restaurantes, assim como parte dos hotéis e pousadas, permaneceram com uma parte de suas empresas fechadas ou funcionando parcialmente. No mês de abril, segundo dados de um levantamento da Associação de Bares e Restaurantes de Alagoas (Abrasel), 86% das empresas do segmento estavam endividadas e 40% dos empregos tinham sido perdidos<sup>19</sup>. A Abrasel, coletando os dados da Junta Comercial de Alagoas (Juceal), informa que o setor de alimentação fora do lar, expressivo conjunto de quase 11 mil negócios em Alagoas, perdeu 730 de suas empresas ao longo da pandemia<sup>20</sup>.

**Turismo.** O turismo alagoano atravessou um longo período de retração, desde o ano passado, quando a pandemia e o isolamento social impactaram negativamente a atividade turística nordestina como um todo, atingindo o setor estadual, principalmente nos meses de abril a setembro. No último trimestre (outubro/dezembro) de 2020, coincidindo com o verão e com os números da pandemia em queda, houve uma reativação dos voos diários que chegavam ao Aeroporto Zumbi dos Palmares e garantiam o público do Sul e Sudeste, regiões responsáveis por 80% da demanda nordestina.

Essa retomada de final de ano se manteve com números que apontavam para um maior movimento de passageiros e de ocupação hoteleira. No entanto, os dados do trimestre não foram suficientes para reverter o balanço anual. O movimento aéreo, um

<sup>19</sup> ABRASEL (13/04/2021).

<sup>20</sup> Tribuna Hoje (22/05/2021).

importante indicativo desse setor, em 2020, caiu em -46% no segmento do mercado nacional, de passageiros internos, e -67% no segmento internacional.

Nos primeiros meses deste ano, a segunda onda e o agravamento dos efeitos da Covid-19 fizeram o setor voltar ao seu período anterior de incertezas, provocando uma queda sequenciada no movimento de passageiros nos quatro primeiros meses deste ano (212,5 mil, em janeiro; 136,4 mil em fevereiro; 118,4 mil em março, 65,2 mil em abril), fazendo o setor turístico retroceder para os níveis do ano passado<sup>21</sup>.

A boa surpresa veio a partir de maio, quando o movimento turístico voltou, outra vez, a dar sinais de recuperação. Nestes três meses (maio-julho), todos os estados nordestinos apresentaram números maiores que no mesmo período do ano passado. Alagoas, no conjunto das nove unidades regionais, saiu na frente, alcançando 51% de crescimento no movimento de passageiros, um forte indicativo de retorno das atividades turísticas locais. Espera-se para esse último trimestre que a ocupação chegue, em média, em 90% nos dias de feriados, caindo para 70% nos dias de semana. Na visão do presidente da ABIH-AL, André Santos, mesmo com a recuperação setorial em 2022, o movimento pré-pandemia somente será alcançado em 2023<sup>22</sup>.

#### NORDESTE: MOVIMENTO AÉREO (2020/2021)

ESTADOS / REGIÃO	DOMÉSTICO			INTERNACIONAL		
	Jan a Jul de 2020	Jan a Jul de 2021	Var. (%)	Jan a Jul de 2020	Jan a Jul de 2021	Var. (%)
ALAGOAS	623.243	941.073	51,0% ▲	2.792	483	-82,7% ▼
BAHIA	2.874.573	3.882.033	35,0% ▲	121.218	13.857	-88,6% ▼
CEARÁ	1.908.665	2.080.601	9,0% ▲	114.750	14.057	-87,7% ▼
MARANHÃO	527.599	634.921	20,3% ▲	85		-
PARAÍBA	445.100	605.724	36,1% ▲	384		-
PERNAMBUCO	2.651.916	4.138.726	56,1% ▲	112.035	14.577	-87,0% ▼
PIAUI	328.094	418.205	27,5% ▲			-
RIO GRANDE DO NORTE	655.251	902.828	37,8% ▲	27.601		-
SERGIPE	326.288	406.378	24,5% ▲			-
<b>NORDESTE</b>	<b>10.340.729</b>	<b>14.010.489</b>	<b>35,5% ▲</b>	<b>378.865</b>	<b>42.974</b>	<b>-88,7% ▼</b>

Fonte: ANAC (2021).

Apesar da crise dos meses mais intensos da pandemia no ano passado e do fechamento que corresponde à segunda onda, o turismo alagoano continua com a maioria de suas estruturas preparadas para uma retomada pós-pandemia. No entanto, o quadro da concorrência regional sofreu modificações. Nestes últimos seis anos, o setor teve crescimento lento, sem conseguir se aproximar do desempenho médio de outros estados maiores (BA, CE e PE), assistindo o crescimento das demais unidades da região (PB, SE, RN) com as quais disputa o mercado nacional, na oferta do mesmo produto (praia, sol, etc.) e até mesmo com outras unidades de menor tradição na área de turismo (PI e MA). O problema, no curto prazo, amplia-se com a previsão da concorrência agressiva dos outros estados e regiões, no período pós-pandemia, podendo influenciar a recuperação desse segmento.

No entanto, o setor continua apresentando algumas vantagens competitivas: o destino turístico Alagoas, muito conhecido, está consolidado; a sua infraestrutura (hotéis, restaurantes, transportadoras, agências de viagem) de relativa qualidade garante a retomada em bases sólidas; e a demanda turística do mercado do Sul e Sudeste começa a

<sup>21</sup> Gazeta de Alagoas (20/04/2021).

<sup>22</sup> Gazeta de Alagoas (29/10/2021).

reagir anunciando um movimento mais forte nos próximos meses e anos. São essas vantagens competitivas que atraem, mesmo no período da pandemia, investimentos em novos hotéis, a exemplo do resort Vila Galé, em Barra de Santo Antônio; Quality Resort Dunas de Marapé, na praia de Jequiá, novas unidades das redes Ibis, Tropicalis, em Maceió, e do Hotel Brisa, em Maragogi<sup>23</sup>.

**Agropecuária.** A agricultura alagoana, pelas suas características, pode ser acompanhada pelas informações dos seus três grandes setores: a produção canavieira, a parte produtora de alimentos e a sua pecuária. No geral, as atividades agrícolas e pecuárias continuam sendo beneficiadas pela temporada regular de chuvas, presentes nos últimos anos, que estimulam suas atividades nas três regiões alagoanas (Mata, Agreste e Sertão). A agricultura de sequeiro é dominante em quase todas as culturas e regiões, e a irrigada está presente, parcialmente, na área canavieira, assim como na nova (e ainda incipiente) produção no entorno do Canal do Sertão. Na estação seca, no outono e verão, entre setembro e fevereiro, há uma diminuição dos volumes de chuva. No ano passado, a estiagem começou em setembro, com chuvas abaixo dos índices tradicionais e, assim, manteve-se pelos meses de outubro a fevereiro deste ano<sup>24</sup>.

Os dados recentes dos índices pluviométricos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), para os meses de março/setembro, foram positivos, gerando a expectativa de uma safra dentro das médias dos anos pós-seca (2017-2020). Neste período, as regiões da Zona da Mata e Litoral receberam um volume considerável de chuvas, dentro ou acima do esperado para esta época do ano. No entanto, para as regiões do Agreste, Sertão do São Francisco e o Sertão, as chuvas ficaram em torno ou um pouco abaixo da média histórica, ou seja, suficientes, mas sem alcançar o padrão da zona da mata<sup>25</sup>.

A previsão climática da Semarh para o trimestre outubro/dezembro é de nível pluviométrico regular, correspondendo a normalidade para esse período menos chuvoso, contribuindo, assim, para que a agropecuária de Alagoas se mantenha distante do período de seca passado, uma longa estiagem que penalizou a agricultura e a pecuária de todo o Nordeste, entre os anos 2012-2016, principalmente no Agreste e Sertão.

Mesmo com a possibilidade de menos água no semiárido, essa previsão confirma a possibilidade de uma boa safra agrícola, assim como para a produção na pecuária, em que a chuva, mesmo em menor quantidade, significa mais pastos, mais água (nos açudes, barreiros e cisternas) e alimentos (forragens) para um rebanho que vem se recuperando do período de seca, com 1,2 milhão de bovinos e 380 mil ovinos e caprinos, concentrados no Agreste e Sertão.

Na pecuária, o ambiente mais favorável à produção tem animado as feiras de gado de vários municípios, principalmente as maiores e tradicionais, como a de Dois Riachos e de Palmeira dos Índios (Canafístula); da mesma forma, estimulam eventos de maior porte, como a 30ª Expo Bacia Leiteira, em Batalha, e a 71ª Expoagro (Parque da Pecuária, Maceió), no final de outubro. No entanto, este ano, os produtores do setor pecuário leiteiro, assim como da avicultura, vêm sentindo a forte alta dos preços dos grãos como a soja e o milho, que servem de ração animal.

A área agrícola de Alagoas, com 844 mil hectares de pastos e 285 mil hectares de cana-de-açúcar, possui uma reduzida área, de 83 mil hectares, plantada com cereais, leguminosas e oleaginosas, representando uma pequena produção em termos

---

<sup>23</sup> CBN Recife (2021).

<sup>24</sup> SEMARH (2021).

<sup>25</sup> SEMARH (2021).

regionais, indicando os limites desse modelo de agricultura e, ao mesmo tempo, a possibilidade de crescimento na produção de alimentos. Na área de recuo de cana, vem se firmando a pecuária extensiva, as plantações de culturas comerciais: eucalipto (mais de 15 mil hectares), milho e soja em pequena escala e outras culturas alimentares vinculadas à agricultura familiar.

A colheita agrícola de 2021, segundo as previsões do levantamento mensal do IBGE, será de uma produção maior que a do ano passado. O mais recente “Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)” (outubro/2021), do IBGE<sup>26</sup>, revela que a agricultura de cereais, leguminosas e oleaginosas (algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo) deverá registrar um crescimento da área plantada em 38% e 45% da produção em relação à safra de 2020. Da mesma forma, o Levantamento da Safra de Grãos (algodão, amendoim, arroz, feijão, milho e soja), realizado pela Conab (outubro/2021), prevê um pequeno aumento de área plantada (0,1%) e uma leve retração da produção de grãos (-0,2%)<sup>27</sup>. No entanto, importa registrar, Alagoas é o segundo Estado nordestino de menor área plantada com esses produtos e uma pouco expressiva produção agrícola regional<sup>28</sup>.

#### NORDESTE: ÁREA/PRODUÇÃO DE CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS (2021)

ESTADO	ÁREA	PARTIC.%	PRODUÇÃO	PARTIC.%
BAHIA	3 201 365	4.7	10 419 382	4.1
MARANHÃO	1 655 917	2.4	5 726 212	2.3
PIAUI	1 596 785	2.3	5 043 204	2.0
CEARÁ	949 774	1.4	561 794	0.2
PERNAMBUCO	251 641	0.4	129 249	0.1
SERGIPE	170 416	0.2	774 538	0.3
PARAÍBA	163 381	0.2	97 385	0.0
<b>ALAGOAS</b>	<b>83 299</b>	<b>0.1</b>	<b>144 403</b>	<b>0.1</b>
RIO GRANDE DO NORTE	56 644	0.1	27 691	0.0
<b>NORDESTE</b>	<b>8 129 222</b>	<b>11.9</b>	<b>22 923 858</b>	<b>9.1</b>

Fonte: IBGE/LSPA (outubro/2021).

Na área alimentar, o levantamento diário do IDERAL (Instituto do Desenvolvimento Rural e de Abastecimento de Alagoas), no espaço de comercialização atacadista da CEASA, revela uma presença crescente da agricultura de abastecimento (cereais, frutas, raízes e hortaliças) produzida em Alagoas. No entanto, essa presença, mesmo atenuando o quadro tradicional de dependência das importações de alimentos, ainda convive com o predomínio da produção importada de outros estados nordestinos, principalmente de Pernambuco, Sergipe e Bahia, responsáveis pela oferta da maioria dos 110 itens levantados, seja como fornecedores absolutos ou dividindo espaço com a produção alagoana<sup>29</sup>.

Esse levantamento do Ideral revela, também, o grande mercado potencial de produtos alimentares que pode ser atendido pela agricultura familiar em Alagoas, ainda deficitária de assistência técnica, apoio financeiro à produção e à comercialização. Recentemente, a Emater-AL publicou um estudo sobre os investimentos da rede de instituições de apoio à agricultura familiar (BNB, Conab,

<sup>26</sup> IBGE (2020).

<sup>27</sup> CONAB (2021).

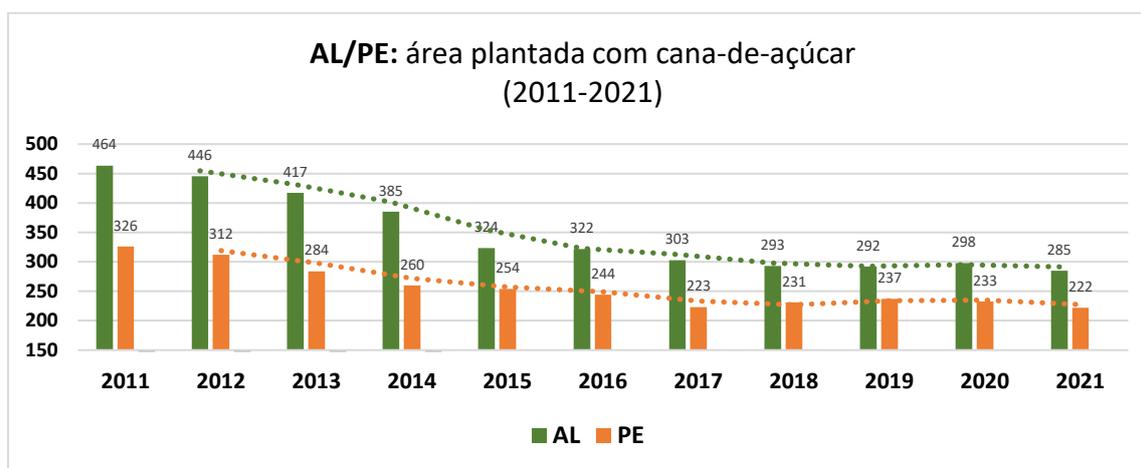
<sup>28</sup> IBGE (2020c).

<sup>29</sup> IDERAL (2021).

Desenvolve), que disponibilizou, no ano passado, R\$ 130 milhões de reais para 35 mil agricultores familiares no interior de Alagoas. Esses investimentos, ainda que limitados, estimularam a produção agrícola de alimentos, presente nas redes de comercialização e que abastecem os 3,3 milhões de alagoanos<sup>30</sup>.

**Agroindústria canavieira.** No acompanhamento conjuntural da agricultura alagoana, o destaque continua sendo o setor canavieiro, pela sua presença econômica nos municípios da zona da mata, e pela influência na formação do produto estadual. Esse acompanhamento obriga levar em conta a inserção regional da agroindústria canavieira alagoana, na medida em que seu desempenho reflete o movimento regional do setor sucroalcooleiro nordestino, com semelhanças entre seus estados, principalmente Alagoas e Pernambuco, responsáveis por 80% da produção açucareira nordestina.

Nas duas últimas décadas, o setor nordestino, atravessou um período de redução da produção, para alcançar, nos últimos sete anos, um quadro de estabilidade neste patamar mais baixo. Com problemas acumulados desde o período pós-IAA, o setor nordestino conheceu seu último bom momento na conjuntura 2004-2013, no *boom das commodities*, quando os bons preços internacionais do açúcar, o aumento da demanda alcooleira, mais as condições climáticas favoráveis, alavancaram o setor e permitiram anos seguidos de crescimento. Passado esse período, o setor apresentou uma redução mais forte dos canaviais. Entre as safras 2011 e 2021, Alagoas perdeu 40% da área plantada e Pernambuco 32%.



Fonte: Conab (2021)

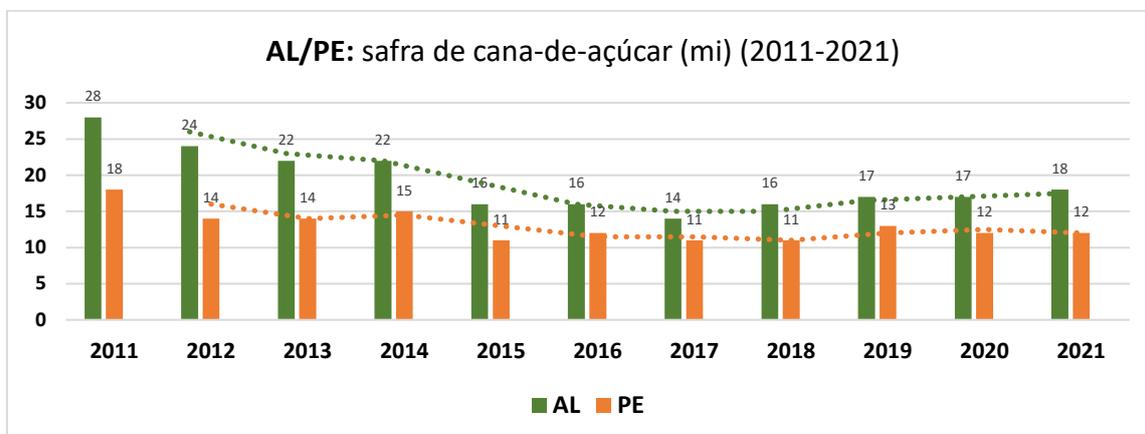
As condições climáticas desfavoráveis nos anos 2013-2016, mais a queda de preços após o *superciclo das commodities*, penalizaram o setor que, descapitalizado para enfrentar as novas condições produção e concorrência, assistiu uma queda das safras, a ampliação do endividamento, o fechamento de muitas unidades industriais e a entrada em “recuperação judicial” da metade de suas empresas<sup>31</sup>. A produção nordestina, a maior área canavieira nacional até os anos 1950, ficou menor que a de São Paulo a partir de 1975 e, na última década ficou menor, também, que as de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Nesta safra mais recente, o setor confirmou o processo de estabilização. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), responsável pelo levantamento trimestral da produção do setor sucroalcooleiro, o principal produto da agricultura

<sup>30</sup> EMATER-AL (2021).

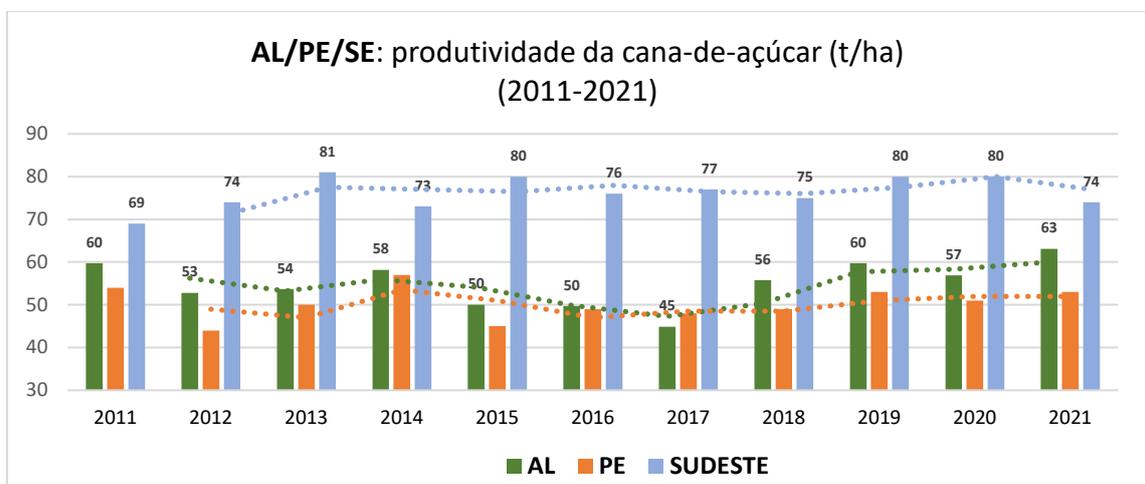
<sup>31</sup> Valor Econômico (26/10/2017).

alagoana, todo ele localizado na Zona da Mata, prevê, para a safra 2021/2022, uma colheita de 18 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, numa área de um plantio um pouco menor que a passada, na ordem de 285 mil hectares, alcançando um rendimento médio (63 tons/ha), maior que em 2020.



Fonte: Conab (2021)

Nestas condições, as empresas nordestinas não puderam investir na reorganização e modernização do parque industrial, na irrigação e renovação regular dos canaviais. Com isso, mantiveram índices baixos de produtividade agrícola e rendimento industrial, visíveis nas diferenças de toneladas de cana por hectare e de extração de açúcar das canas industrializadas (o açúcar total recuperável - ATR), em relação aos grandes produtores do Sudeste Centro-Oeste.



Fonte: Conab (2021)

No mês de agosto, a agroindústria canieira, estimulada pelos preços remuneradores no mercado nacional e externo, retomou suas atividades com o início da moagem para a safra 2021/2022 nas usinas Cooperativa Pindorama (Coruripe) e Santo Antônio (São Luiz do Quitunde). Essa expectativa de aumento na atual produção da agricultura alagoana está baseada numa boa estação chuvosa (março/agosto) e nos investimentos realizados no campo. Segundo o boletim “Acompanhamento da safra brasileira – cana-de-açúcar”, a nova colheita apresenta boas perspectivas “em virtude de maiores investimentos e tratamentos culturais dispendidos às plantas, além das boas condições climáticas registradas, especialmente de janeiro de 2021 até agora, com ocorrência de

chuvas regulares”<sup>32</sup>. Localizada numa área de oscilação climática, a produção estadual da agricultura depende da estação chuvosa, que, tradicionalmente, ocorre no inverno e outono, nos meses de março a julho.

Mesmo com chuvas regulares nestes últimos anos, a produção regional nordestina de cana continua registrando baixa produtividade na área agrícola (59 tons/ha), da mesma forma que a alagoana (63 tons/ha) em relação à alcançada no Sudeste (74 tons/ha), com destaque para Minas Gerais (80 tons/ha); assim como no rendimento medido pelo ATR, o volume (em kg) de açúcar total recuperável por tonelada de cana-de-açúcar, com o Nordeste apresentando 128,4 kg/t, Alagoas 123,7, enquanto Sudeste chega a 142,5 kg/t e São Paulo alcança 143,6 kg/t <sup>33</sup>. Nestas condições, a presença nordestina na produção nacional canavieira vem caindo regularmente e de 20% da safra brasileira, em 2000, retrocedeu para 8% em 2021.

Em Alagoas, a retração da produção estadual fez com que ela ficasse menor que a produção de dois grupos sucroalcooleiros, de capital originalmente alagoano, que atuam em Minas Gerais. As sete usinas dos grupos Delta (usinas Delta, Volta Grande e Conquista de Minas) e Coruripe (usinas Iturama, Campo Florido, Limeira do Oeste e Carneirinho), juntas, na safra 2020/2021, produziram, exclusivamente em Minas, 20% a mais de cana e de açúcar e 40% a mais de etanol que toda a produção das 15 usinas alagoanas na mesma safra.

**Indústria.** Desde o ano passado, a atividade industrial, em todo o Nordeste, enfrenta uma série de dificuldades e vem, desde então “sendo pressionada por altos custos de produção provocados por matérias primas dolarizadas, pela falta de insumos no mercado, pela demanda retraída, abalando a confiança do empresário e a retomada da economia”<sup>34</sup>. No mês de agosto, o IBGE revelou que a indústria nordestina (a dos três maiores estados pesquisados: BA, PE e CE), após três meses de resultados positivos, recuou em -3,5%, mantendo um índice de -3,7% em relação ao mesmo período de 2020, acumulando, nos 12 últimos meses um indicador negativo de -1,3%, sem conseguir superar o nível de produção anterior ao do início da pandemia<sup>35</sup>.

Na área industrial alagoana, a cadeia químico-plástico passou a ter mais movimento com o retorno das atividades da fábrica da Braskem no Pontal da Barra, em fevereiro. Essa cadeia tem na Braskem sua indústria âncora, fornecedora de insumos. A retomada das atividades da fábrica da Braskem foi uma das notícias mais aguardadas para o setor industrial alagoano neste começo de ano. Para reabrir a unidade paralisada desde maio de 2019, a companhia investiu R\$ 60 milhões em adequação tecnológica e de infraestrutura, tanto na fábrica quanto em logística portuária e rodoviária. Essa operação faz parte da estratégia da empresa que está à venda. A Odebrecht (agora chamada de Novonor) tem até o fim do ano para se desfazer do ativo, de acordo com seu plano de recuperação judicial. Ela divide o controle da Braskem com a Petrobras, com 38,3% do capital total e a Petrobras 36,1%, o que corresponde 50,1% do capital votante para Odebrecht e 47% para a Petrobras.

No começo do ano, com a evolução positiva de alguns assuntos pendentes caminhando para sua regularização, o momento ficou propício para o retorno das negociações, e, nesta nova situação, as ações da Braskem foram subindo e, com o dólar valorizado em relação ao real, a empresa ficou barata para investidores

---

<sup>32</sup> CONAB (2021).

<sup>33</sup> CONAB (2021).

<sup>34</sup> BNB (maio/2021).

<sup>35</sup> IBGE (2021)

estrangeiros<sup>36</sup>. Com essa possibilidade de venda, a ação da Braskem (BRKM5), com ganhos acumulados superiores a 185% até 10 de setembro, foi a campeã do Ibovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) no primeiro semestre de 2021, após passar por uma série de reveses no ano passado. Atualmente, a Braskem possui um valor de mercado de cerca de R\$ 52 bilhões<sup>37</sup>.

Na área da indústria extrativa, em julho, teve o início do funcionamento da empresa Mineradora Vale Verde (MVV). A MVV pretende produzir anualmente cerca de 50 mil toneladas de concentrado de cobre ultrafino na Mina Serrote, situada na cidade de Craíbas, no Agreste alagoano. A planta de beneficiamento já está gerando o primeiro lote de minério, de 10 mil toneladas, transportando para o porto de Jaraguá, de onde está sendo armazenado para ser embarcado em dezembro próximo. Essa empresa pertence ao Grupo Appian Capital Brazil, um fundo de investimento privado, com sede em Londres, e com atuação exclusiva nos setores de mineração e metalurgia<sup>38</sup>. O Grupo Appian adquiriu a MVV da Aura Minerals, em 2018, por 40 milhões de dólares, investindo U\$195 milhões na mina em Craíbas. Agora em outubro, mesmo antes de começar as exportações, a MVV foi revendida à multinacional sul-africana Sibanye-Stillwater<sup>39</sup>.

Na área agroindustrial, a novidade é a inauguração da moderna fábrica beneficiadora de mandioca, do grupo paranaense Amafil, no município de Teotônio Vilela. A Amafil é considerada a “maior empresa beneficiadora de mandioca da América Latina” e uma das maiores no setor de amido de mandioca de aplicação industrial – produção de fécula, tapioca e farinha. Esse investimento de R\$ 26 milhões em Alagoas, com capacidade de processar 7 mil toneladas mensalmente, visa a produção para abastecer o mercado nordestino de amido<sup>40</sup>.

O Boletim Econômico da Sefaz/AL para o acompanhamento mensal das atividades econômicas no período da pandemia, registra, nas três edições recentes (julho, agosto e setembro de 2021), na área industrial de Alagoas, resultados positivos setoriais concentrados na indústria química, com destaque para cloro e soda cáustica e resinas termoplásticas, decorrente da retomada das atividades na fábrica da Braskem no Pontal da Barra, influenciando o conjunto das empresas da cadeia químico-plástico<sup>41</sup>. Os demais setores industriais – panificação, movelaria, confecção, alimentar em geral, bebida, serralharia, laticínios, etc. – sentem, em graus diferentes, as dificuldades da logística, dos preços mais elevados das matérias-primas e insumos, assim como da queda de consumo.

**Construção Civil.** Nos dois últimos anos (2020/2021), a indústria da construção civil atravessou conjunturas diferenciadas, oscilando entre períodos de boas expectativas com outros de retração. O setor começou o ano de 2020 apresentando um processo de leve recuperação, impulsionado, principalmente, pelo levantamento de novos empreendimentos e pela autoconstrução na área de reformas e ampliação de imóveis. Essa recuperação foi interrompida nos primeiros meses da pandemia, em março do ano passado, pela queda na demanda, aumento na inadimplência de clientes, dificuldades de acesso a recursos para capital de giro e financiamento de longo prazo. Mesmo com suas atividades liberadas para o funcionamento pleno, por ser considerada uma atividade essencial, o setor entrou em crise nos meses de isolamento social mais

---

<sup>36</sup> VEJA (26/03/2021).

<sup>37</sup> Valor (10/09/2021).

<sup>38</sup> Tribuna Hoje (01/10/2021).

<sup>39</sup> VALOR Econômico (26/10/2021)

<sup>40</sup> Embrapa (2021)

<sup>41</sup> SEFAZ/AL (2021).

intenso, segundo o Boletim *Sondagem da construção em Alagoas*, de julho<sup>42</sup>, passando a trabalhar num ritmo mais lento devido ao retraimento dos consumidores de classe média e à paralisação das obras públicas.

A conjuntura mudou, outra vez, em agosto do ano passado, coincidindo com o processo de reabertura da economia, quando foram anunciadas, pelo governo federal, algumas medidas de incentivos para o setor, como o aumento na oferta de crédito com juros menores e o relançamento do Programa Minha Casa Minha Vida, rebatizado como Casa Verde e Amarela. Nesta nova conjuntura, o setor começou a dar sinais de recuperação, voltados para atender à demanda represada, apresentando vendas melhores e programando lançamentos para os meses de final de ano<sup>43</sup>.

Essa retomada durou até o mês de novembro, quando o aumento nos custos dos materiais de construção passou a penalizar a indústria de forma significativa. O problema do aumento nos preços dos insumos e matérias-primas, processo que teve início no segundo semestre de 2020 e permaneceu desde então, tem pesado nos custos da indústria. Neste novo período, o setor da construção foi castigado pela inflação de custos industriais e pelo corte nos recursos orçamentários que seriam destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida. Em Alagoas, o setor depende 45% das obras públicas, 45% do setor imobiliário e 10% de obras industriais e de infraestrutura, segundo o presidente do Sinduscon, Alfredo Breda.<sup>44</sup>

O Índice Nacional da Construção Civil, do IBGE, que mede o custo médio do m<sup>2</sup>, subiu, em Alagoas, regularmente em todos os meses deste ano: 1,35% em outubro ante 0,59% em setembro, 1,40% em agosto, 0,71% em julho, 0,93% em junho, 1,78% em maio, 2,16% em abril, 1,42% em março, 1,46% em fevereiro e 3,21% no mês anterior. Com esse resultado, o índice acumula alta de 16,06% até outubro deste ano e 20,03% nos 12 últimos meses<sup>45</sup>. Parte desse aumento provém da desvalorização do real frente ao dólar, encarecendo os insumos importados, como metais e resinas usadas na produção de materiais. Por outro lado, a indústria fornecedora de insumos teve a produção paralisada pela pandemia, o que gerou gargalos para o abastecimento.

No plano nacional, depois do registro de contração nos níveis de atividade e no número de empregados, no período dezembro a maio deste ano, com dois meses de leve recuperação (junho e julho), o setor voltou a ter taxa negativa em agosto e uma leve recuperação em setembro. O Boletim “Sondagem Indústria da Construção” (setembro/2021), da Confederação Nacional da Indústria (CNI), registra o cenário de dificuldades, impactando negativamente as expectativas do setor.<sup>46</sup> Este ano, o desabastecimento e o alto custo da matéria-prima avançaram e se tornaram os principais entraves para o setor, acompanhados da elevada carga tributária e demanda interna insuficiente.

Tal como no âmbito nacional, o boletim “Sondagem da Indústria Construção de Alagoas”, do segundo trimestre de 2021, publicado pela FIEA, registra como problemas do setor: queda no Indicador de Atividade, retração no nível de emprego, elevada carga tributária, câmbio depreciado, fretes mais caros, alta do custo de energia, com custos pressionados pela disparada nos preços das matérias-primas, sendo esse item o principal problema apontado por 70% dos empresários alagoanos do setor<sup>47</sup>.

---

<sup>42</sup> FIEA (2020).

<sup>43</sup> FIEA (2020b).

<sup>44</sup> Gazeta de Alagoas. 29/06/2021.

<sup>45</sup> IBGE (2021).

<sup>46</sup> CNI (2021).

<sup>47</sup> FIEA (2021).

Apesar desse cenário pontuado por oscilações e dificuldades, o setor continua apresentando melhores resultados que o ano passado, período marcado pela forte retração nas atividades. Segundo os dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), entre os meses de janeiro e agosto, o financiamento imobiliário em Alagoas com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) acumula alta de 120%, na comparação com o mesmo período do ano passado. Os financiamentos somaram R\$ 673,8 milhões para 3.222 unidades habitacionais. No mesmo período do ano passado os recursos foram de R\$ 376,6 milhões para 1.461 unidades<sup>48</sup>.

Na área da construção civil, desde o ano passado, ocorre um fenômeno do crescimento no segmento popular da autoconstrução, responsável pela edificação da maioria dos imóveis alagoanos, e nas atividades de reformas de residência. Um fenômeno explicado pela combinação de vários fatores: a) a renda das pessoas mais pobres aumentou, temporariamente, em decorrência do auxílio emergencial e outras fontes, permitindo, inclusive a formação de poupança; b) a necessidade de consertos, reparos e ampliações nas residências existia na maior parte dos imóveis; c) mesmo nos meses de isolamento social, o comércio de varejo de material de construção ficou liberado por ser considerado um segmento essencial; d) o tempo da pandemia, do isolamento, favoreceu a execução de atividades domésticas; e) a mão de obra e as pequenas empresas deste segmento estiveram, em parte, disponíveis.

O resultado dessa combinação foi um movimento amplo de consumo de material de construção, detectado pela Secretaria da Fazenda logo no mês de maio do ano passado, ampliado desde o mês de junho, quando esse segmento cresceu tanto no setor de atacado como no varejo, resultando num movimento extraordinário de obras nos bairros populares e cidades do interior. Essa movimentação contribuiu, parcialmente, para o aumento de preços e mesmo para a falta de material como cimento, madeira, tijolo, tinta, etc.

Mesmo nos oito meses iniciais deste ano, sem o Auxílio Emergencial e outros mecanismos de auxílio à economia, mas contando com a renda regular, mais a “poupança prudencial” construída no ano passado, a comercialização de material de construção obteve outro excelente resultado, com uma ampliação nas vendas marcadas por taxas não alcançadas por nenhum outro segmento comercial, como revela o Boletim Econômico da Secretaria Estadual da Fazenda<sup>49</sup>.

#### **ALAGOAS: CRESCIMENTO DAS VENDAS DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (2021) (%)**

SETOR	2021							
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO
ATACADO	19%	10%	60%	115%	46%	34%	----	31%
VAREJO	-----	35%	67%	-----	-----	-----	----	-----

Fonte: Sefaz (2021).

**INDICADORES GERAIS.** No acompanhamento da conjuntura econômica regional, cinco indicadores destacam-se por sua capacidade de informação. No plano dos negócios, a abertura de novas empresas, principalmente as MPE's e MEI's se configura como um dado relevante pela presença dominante deste tipo de negócio no tecido empresarial de Alagoas. O consumo de energia por setor vem sendo outro indicativo do desempenho da produção local nos intervalos de tempo (mensal ou semestral). O

<sup>48</sup> Gazeta de Alagoas (25/09/2021)

<sup>49</sup> SEFAZ (2021).

comércio interestadual e as exportações se apresentam como indicadores da capacidade da economia estadual de enfrentar competitivamente esses dois cenários: regional e internacional. O volume de crédito bancário revela o desempenho geral e setorial da economia local. As finanças públicas estaduais significam tanto a dinâmica econômica estadual e sua capacidade de gerar impostos, assim como a do Estado de contribuir, com sua intervenção, no desenvolvimento regional.

**As MEI's e MPE's.** Nos setores de comércio e serviços, ainda que tenhamos as presenças das redes nacionais e dos *shoppings centers*; e na área industrial, de algumas grandes empresas fabris, a maioria das unidades formadoras deste tecido empresarial compõe-se, predominantemente, pelas micro e pequenas empresas (MPE's) e, principalmente, as microempresas individuais (MEI's). Segundo a Junta Comercial de Alagoas (Juceal), o setor empresarial de pequeno porte avançou de 88,8% dos negócios existentes no Estado em 2017 para 93,3% em 2021. No universo do empresariado dos pequenos negócios, os MEI's representam 70% total de empreendimentos com registro ativo.

A Juceal publicou, recentemente, o balanço de aberturas de novas empresas no Estado. No primeiro semestre deste ano, 21.338 novos negócios foram formalizados, sendo 17.507 microempresas individuais, as MEI's, (82% do total); 2.696 microempresas, as ME's (13% do total), 662 empresas de pequeno porte (EPP) e 473 sem porte. Neste mesmo período, foram extintos 6.177 negócios, com fechamento de 4.149 MEI's, 67% do total, e de 1.526 microempresas (25% do total)<sup>50</sup>.

No relatório recente da Receita Federal (outubro) sobre as empresas enquadradas no Simples, existem 180.061 empreendimentos em Alagoas, sendo 129.664 MEI's. e 50.397 MPE's, empreendimentos diversos com estruturas de maior porte. Nos dez primeiros meses deste ano, a formalização de 20.472 novos MEI's, que representa 78% dos negócios criados, reflete, além da criação de uma nova empresa, o papel do empreendedorismo individual como alternativa ao desemprego, pelo viés do "empreendedorismo por necessidade"; ou a "pejotização", quando as pessoas físicas constituem a pessoa jurídica do MEI, e passam a prestar serviços para empresas emitindo notas fiscais de seus serviços.

#### ALAGOAS: CRIAÇÃO DE MPE'S E MEI'S (jan.-out./2021)

MÊS	ESTOQUE			NOVAS (SIMPLES NACIONAL)		
	MPE's	MEI	TOTAL	MPE's	MEI	TOTAL
DEZ/2020	44.672	109.589	154.261	610	1.530	2.140
JAN/2021	45.375	111.642	157.017	703	2.053	2.756
FEV	46.317	113.250	159.567	942	1.608	2.550
MAR	46.833	115.437	162.270	516	2.187	2.703
ABR	47.116	117.755	164.871	283	2.318	2.601
MAI	47.456	120.094	167.560	340	2.339	2.679
JUN	47.739	122.251	169.990	283	2.167	2.597
JUL	49.320	123.962	173.282	1.581	1.711	3.292
AGO	49.658	126.341	175.999	338	2.379	2.717
SET	50.000	127.984	177.984	342	1.643	1.985
OUT	50.397	129.664	180.061	397	2.077	2.474
TOTAL (jan./set.)	50.397	129.664	180.061	5.725	20.472	26.157

Fonte: Receita Federal (2021).

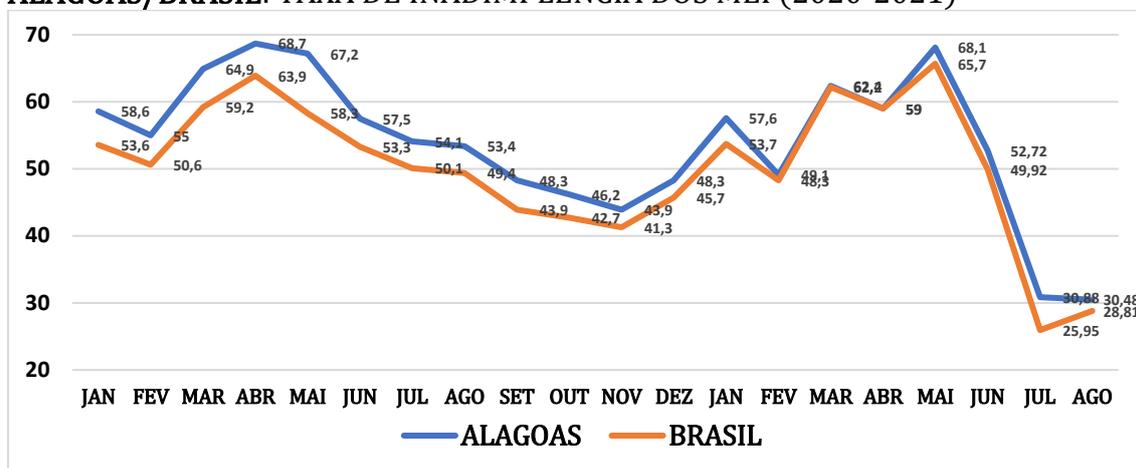
<sup>50</sup> JUCEAL (2021).

O fechamento sempre expressivo de MEI's e ME's reflete as dificuldades especiais destes dois grandes grupos de empresas. Na crise provocada pela epidemia, as MPE's e MEI's sofrem por suas dificuldades estruturais: volume pequeno de venda, baixa incorporação de tecnologia, pouca reserva de capital, difícil acesso a banco ou outra instituição financeira e às tradicionais dificuldades de gestão; posto que, em geral, quem presta o serviço costuma ser também quem lida com fornecedores, faz compras, pagamentos e fecha as contas do mês.

Esse conjunto de pequenos negócios trabalha, tradicionalmente, sob uma pressão intensa da concorrência próxima, na mesma rua ou parte do bairro, em que está sua clientela. Além dos limites estruturais, apresentam dificuldades conjunturais, na medida em que seu público consumidor, sua clientela, forma-se, basicamente, pelos segmentos C, D e E de consumo, de renda menor, para os quais o impacto negativo de uma crise é, imediatamente, sentido quando acontece o aumento do desemprego ou queda da renda média das famílias desses segmentos, a exemplo dos anos 2015-2021. Nestas conjunturas, aumenta o grau de inadimplência dos pequenos negócios.

A taxa de inadimplência dos MEI's, medida desde 2018, sempre foi alta, variando 48 a 55% até o começo da pandemia, quando disparou a partir de março do ano passado, alcançando um novo patamar, acima de 60%, nos meses de pandemia, baixou no segundo semestre, com o recebimento do Auxílio Emergencial. Nos cinco primeiros meses deste ano, voltou a crescer bem cima da média histórica, chegando em maio a 68%. Esse indicador exigiu a prorrogação pela Receita Federal outra vez, do prazo de pagamento dos microempreendedores de agosto para setembro e a realização de uma campanha nacional de esclarecimento, que resultou numa redução desse nível de inadimplência.

#### ALAGOAS/BRASIL: TAXA DE INADIMPLÊNCIA DOS MEI (2020-2021)



Fonte: Receita Federal (2021).

As razões das dificuldades das MEI's são várias: o impacto da pandemia nas condições gerais da economia, com a inflação alta, que retira poder de compra dos salários e, claro, diminui o consumo; o desemprego elevado que, por um lado, tira renda da população e, por outro, leva a criação de milhares de novas MEI. Somente de janeiro a outubro foram criadas mais 20,4 mil microempresas individuais. Aliados a essas razões, somam-se a suspensão por quatro meses do Auxílio Emergencial, as dificuldades de crédito, a desorganização interna e os limites da assistência técnica

que culmina no atraso nos compromissos, incluindo o pagamento mensal do Simples Nacional, cujo valor médio é de 60 reais.

Desde maio do ano passado, o Sebrae Nacional realiza a pesquisa “O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios”, um acompanhamento do desempenho das MPE’s e MEI’s, que está na 11ª edição. Na série de levantamentos, podemos verificar como esse conjunto de micro, pequenas empresas e de microempreendedores vem atravessando a conjuntura desde o começo da pandemia. Nesta edição mais nova, do mês de junho deste ano, fica registrado que parte considerável das empresas estão em dificuldades devido aos efeitos das restrições de movimento e redução no faturamento anual (91% das empresas em Alagoas), mesmo tendo adotado as vendas pelas redes sociais (69% das empresas). Diante disso, quase todos os segmentos, em relação à pesquisa anterior, mantiveram a expectativa lenta de crescimento, prevendo uma recuperação somente em 2022<sup>51</sup>.

A pesquisa do Sebrae e outros levantamentos, pelas respostas dos micro empresários, apontam como saída para a difícil conjuntura uma agenda quase consensual: pagamento do Auxílio Emergencial, o Pronampe e o PMER. O Auxílio Emergencial cria renda imediata para a população; o Programa de Manutenção do Emprego e Renda garante a renda e o posto de trabalho a milhares de empregados ao longo da pandemia; o Pronampe, concedeu crédito massivo às micro e pequenas empresas, e que, no ano passado, disponibilizou 38 bilhões de reais em 460 mil empréstimos, sendo 83% para as MPE’s<sup>52</sup>.

**ENERGIA E COMBUSTÍVEL.** O consumo mensal de combustível e de energia elétrica é um dos indicadores importantes na atividade econômica. No ano passado, a comercialização de combustível (etanol, gasolina e diesel), mesmo pertencendo a um setor essencial e mantendo seus postos abertos, teve quedas expressivas de venda entre março a agosto, refletindo a quebra parcial do movimento comercial e de serviços (transporte), apresentando uma ligeira recuperação nos meses de setembro a dezembro. No entanto, essa elevação não compensou as perdas iniciais, resultando em números negativos nestes três segmentos. Comparado com 2019, o setor acumulou, em Alagoas, vendas menores de etanol (-11,8%), diesel (-4,2%) e gasolina (-3%).

**ALAGOAS: CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (jan./ago. - 2020/2021) (m<sup>3</sup>)**

MÊS	ETANOL (m <sup>3</sup> )		GASOLINA (m <sup>3</sup> )		DIESEL (m <sup>3</sup> )	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
JANEIRO	8.744	7.484	37.939	37.521	33.740	33.374
FEVEREIRO	6.712	8.409	36.025	31.718	28.365	28.895
MARÇO	4.804	8.559	31.593	33.135	25.275	30.743
ABRIL	2.707	7.681	29.458	31.717	20.091	25.521
MAIO	2.590	5.696	28.445	34.287	20.011	24.507
JUNHO	3.488	4.351	30.244	35.819	20.545	25.292
JULHO	4.544	4.510	34.074	38.634	25.201	26.270
AGOSTO	5.077	4.180	34.580	38.593	26.557	27.780
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>38.666</b>	<b>50.870</b>	<b>262.358</b>	<b>281.424</b>	<b>199.785</b>	<b>222.382</b>

Fonte: ANP (2021).

Nos oito primeiros meses de 2021, com a retomada de alguns setores econômicos, houve um crescimento no consumo de combustíveis, com números melhores que no ano passado, em praticamente, todos os meses. Comparado com o

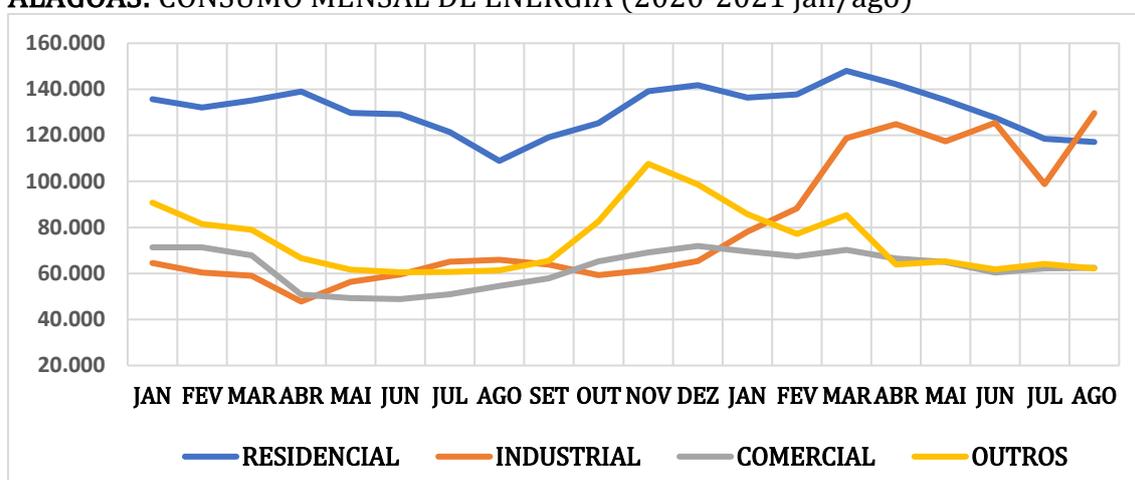
<sup>51</sup> SEBRAE (2021).

<sup>52</sup> Ministério da Economia (2021).

mesmo período de 2020, o consumo de etanol cresceu (24%), assim como de gasolina (7%) e diesel (10%). O consumo de etanol e de óleo diesel superaram os valores comparativamente ao período pré-pandemia, em 2019. A gasolina, no entanto, pelos aumentos expressivos, ainda apresenta um consumo pré-pandemia.

Por sua vez, o consumo total de energia elétrica no ano passado sofreu uma redução de -4,8% (3.930.114 MWh), comparado com o ano de 2019 (4.128.326 MWh). Em 2020, todos os segmentos refletiram os meses mais duros de fechamento de algumas atividades econômicas, com restrição de movimento determinada pelo isolamento social. O consumo de energia elétrica em Alagoas, entre abril e agosto, espelhou as dificuldades desse período, quando o distanciamento social permaneceu com forte influência na redução do consumo, principalmente residencial, industrial e comercial, fazendo o mercado alagoano acompanhar a média nordestina. O consumo geral de energia voltou a crescer a partir de setembro.

#### ALAGOAS: CONSUMO MENSAL DE ENERGIA (2020-2021 jan/ago)



Fonte: EPE (2021).

A diferença de desempenho por classe de consumo pode ser vista no gráfico acima, coincidindo ou não com o processo de reabertura, a partir de julho. O comércio/serviços retomou o consumo mais rápido (julho) para estabilizar a partir de dezembro; o setor público no mês de agosto, o residencial em setembro, e o industrial começou a ampliar seu consumo a partir do mês de outubro.

#### ALAGOAS: CONSUMO MENSAL DE ENERGIA POR SETOR (2021- jan/ago.)

MÊS	RESIDENCIAL	OUTROS	COMERCIAL	INDUSTRIAL	TOTAL
JAN/2021	136.353	85.800	69.520	78.161	369.834
FEV	137.781	77.096	67.503	88.202	370.582
MAR	148.008	85.328	70.247	118.791	422.374
ABR	142.168	66.451	63.788	124.803	397.210
MAI	135.202	65.188	65.026	117.342	382.758
JUN	127.697	61.833	60.357	125.358	375.245
JUL	118.520	64.121	62.185	98.798	343.623
AGO	117.074	62.164	62.502	129.647	371.386

Fonte: EPE (2021).

No primeiro semestre deste ano, Alagoas apresentou a maior taxa de crescimento de consumo geral de eletricidade do Nordeste. Este resultado foi influenciado positivamente pelo crescimento do setor industrial, graças a reativação da fábrica da Braskem no Pontal da Barra, uma empresa eletrointensiva, que representou a “retomada da produção de cloro-soda em Maceió, alcançando uma taxa positiva no consumo industrial de 54%, no primeiro trimestre e de 124% no semestre inteiro, influenciando o resultado geral de todos os meses e do semestre como um todo<sup>53</sup>. No entanto, coincidente com o custo mais alto da energia, o consumo residencial, comercial e outros vem caindo desde o mês de março.

Da mesma forma, em relação aos indicadores de 2020, o número de consumidores residenciais alagoanos, apesar do recuo no consumo médio, apresentou uma elevação em ligações; comportamento contrário teve o setor industrial, que ampliou o consumo, apesar da redução no número de consumidores; o setor comercial reduziu tanto o consumo como o número de consumidores, assim como o segmento “outros” (agricultura e serviço público, principalmente o municipalizado), apresentando um leve aumento no número de consumidores, mas reduzindo o consumo médio.

**ALAGOAS: CONSUMIDORES (2006/2021- ago.)**

TOTAL DE CONSUMIDORES	2006	2010	2015	2020	2021
RESIDENCIAL	668.139	806.313	961.346	1.049.793	1.070.293
INDUSTRIAL	2.721	2.646	2.510	2.088	1.955
COMERCIAL	45.606	50.342	60.405	66.107	65.862
OUTROS	18.014	19.753	23.267	44.141	46.799

Fonte: EPE (2021).

Segundo o boletim *Boletim Trimestral de Consumo de Energia Elétrica* (Nº 6, agosto, 2021), da *Empresa de Pesquisa Energética* (EPE), o primeiro semestre de 2021, mesmo comparado com a baixa base de consumo do ano passado, sinaliza um processo de recuperação no consumo regional nordestino (+7,7%), com números positivos, em relação ao mesmo período do ano passado, nas classes: industrial (+12,5%), comercial (+8,1%), residencial (+4,0%) e outros (+8,2%). Esses números indicadores refletem, aproximadamente, a cada ano, o desempenho do consumo alagoano.

**COMÉRCIO INTERESTADUAL E EXTERNO.** Uma das características da economia alagoana está na sua relação desfavorável na balança comercial interestadual, representada pelo volume maior de compras do que de vendas. No balanço mensal do Confaz, baseado nas notas fiscais de compras e vendas de bens e serviços entre os estados, Alagoas e as demais unidades nordestinas, mantêm um constante déficit comercial em relação aos estados industrializados do Sudeste/Sul, com os quais mantêm fortes relações de intercâmbio. Esses estados mais ricos são detentores de uma reconhecida base econômica nas áreas industrial e agrícola, assim como nos modernos setores de comércio e serviços, o que ajuda explicar esse déficit regular.

Mas, além disso, Alagoas possui um déficit comercial crônico em relação a Pernambuco, Bahia e Paraíba, estados nordestinos vizinhos com os quais acumulou quase 60% do seu déficit total de R\$12,2 bilhões, em 2019, fenômeno que se repetiu em 2020, com um déficit de R\$13,7 bilhões<sup>54</sup>. Dando continuidade a esse processo

<sup>53</sup> EPE (2021)

<sup>54</sup> CONFAZ (2020).

crônico, nos sete primeiros meses de 2021, Alagoas já apresenta um déficit total de R\$9,5 bilhões, sendo 60% com os estados próximos, demonstrando uma necessidade de maior atenção para esse problema econômico.

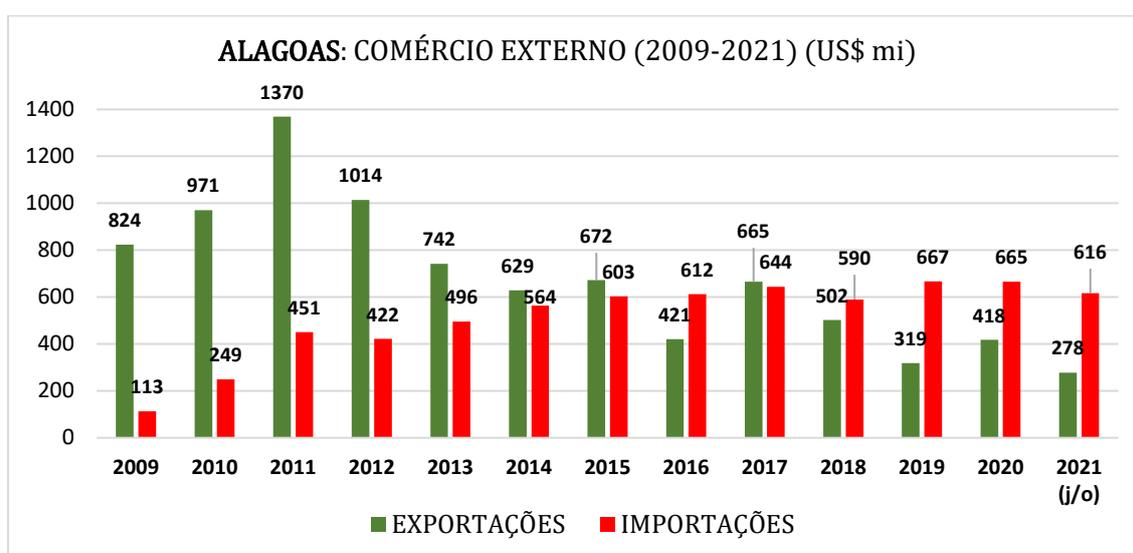
A economia alagoana é penalizada na relação com seus vizinhos nordestinos pela pequena estrutura produtiva voltada para atender o mercado estadual, principalmente, no setor industrial e na agricultura de alimentos, além da limitada competitividade do setor de comércio e serviços, Comparativamente aos estados ricos do Sudeste/Sul, essas unidades nordestinas próximas, com as quais Alagoas mantém um comércio desfavorável, têm uma estrutura industrial e agrícola (e agroindustrial) menos desenvolvidas e, portanto, praticam um comércio inter-regional baseado num grande percentual de produtos agrícolas e de setores industriais tradicionais (alimentos, têxteis, movelaria, cerâmica, material de limpeza).

#### ALAGOAS: COMÉRCIO INTERESTADUAL (2017-2021) (R\$ milhões)

ESTADO	2017	2018	2019	2020	2021 (jul)
PERNAMBUCO	-4.459	-5.435	-5.813	-6.307	-4.642
BAHIA	-768	-418	-916	-1.264	-920
PARAÍBA	-97	-151	-276	-555	-375
SERGIPE	120	233	330	84	310
OUTROS ESTADOS	-3.605	-4.079	-4.979	-5.731	-3.871
<b>TOTAL</b>	<b>-8.809</b>	<b>-10.750</b>	<b>-12.232</b>	<b>-13.773</b>	<b>-9.496</b>

Fonte: Confaz (2021).

Com uma política de apoio à produção de bens populares, parte dessas mercadorias poderia sofrer a pressão competitiva de uma produção local, sobretudo, vinculada à agricultura de alimentos, agroindústria e indústria de bens de consumo não duráveis e semiduráveis, que o mercado alagoano importa massivamente. Estes dois casos de dependência e comércio desfavorável revelam a necessidade de fortalecer as cadeias produtivas locais e seus canais de comercialização, voltados para o mercado estadual.



Fonte: MDIC (2021).

No âmbito do comércio exterior, responsável pelas vendas no mercado internacional, Alagoas passou a apresentar déficits na balança comercial desde 2016. As vendas externas, historicamente concentradas no seu principal produto agroindustrial (açúcar), vêm retrocedendo regularmente e, de um saldo superavitário de US\$919 milhões, em 2011, apresentou um déficit de 247 milhões de dólares no ano passado.

A queda na produção local do açúcar, a saída da Braskem da pauta de exportações e a ausência de diversificação produtiva com capacidade exportadora explicam a retração nesse desempenho. Nos dez primeiros meses deste ano, mesmo tendo atravessado o período expressivo nas vendas externas de açúcar, que representam 95% do total das exportações, a balança comercial acumula um déficit de US\$338 milhões. Por outro lado, ocorreu um aumento das importações de bens intermediários e bens de consumo final, com compras externas oriundas, principalmente, da República Popular da China (42,3%) e dos Estados Unidos (14,7%), sinalizando mais um ano negativo para o comércio externo de Alagoas.

**CRÉDITO BANCÁRIO.** No Nordeste, no primeiro semestre de 2021, a dinâmica do crédito regional vem recuperando o saldo nas operações de empréstimos e financiamentos que, impulsionado pelos empréstimos às pessoas físicas, ficou 17,8% maior que no primeiro semestre do ano passado, um período desfavorável para o crédito. Até junho, o Nordeste se manteve como a segunda região em taxa de crescimento no acesso aos recursos disponibilizados em operações de crédito pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Em relação aos estados, Alagoas ficou com a segunda maior elevação no saldo de operações de crédito, com 20,9%, em relação ao primeiro semestre de 2020. Para o BNB “As empresas, em que foram, de alguma forma, impactadas pelos efeitos da Covid-19, demandaram crédito para equilibrar o fluxo de caixa, sobretudo para pagamento de despesas de aluguel, folha de pagamento, matérias-primas e insumos. As pessoas físicas buscaram recursos para mitigar as dificuldades no orçamento familiar. As renegociações e reescalamentos também contribuem para a elevação do saldo de crédito”<sup>55</sup>.

Os bancos federais de desenvolvimento (Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica e BNDES), responsáveis pelo crédito amplo em todos os setores econômicos, têm exercido um papel importante na região e nos estados. No primeiro semestre de 2021, foram R\$ 710 bilhões dedicados à economia regional pelas agências financeiras oficiais de fomento.

#### **NORDESTE: EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (jan/jun.2021) – (R\$ bi)**

<b>NORDESTE (R\$ Bilhões)</b>	<b>Total</b>	<b>Rural</b>	<b>Industrial</b>	<b>Comércio</b>	<b>Int. Financ.</b>	<b>Serviços</b>	<b>Habitação</b>
	710,1	87,1	122,4	70,6	5,0	409,2	15,9
B. BRASIL	52,3%	2,2%	30,1%	66,5%	8,0%	68,8%	25,0%
BNB	34,6%	90,5%	67,1%	24,1%	0,0%	16,5%	0,0%
CAIXA	5,8%	0,0%	1,6%	7,3%	0,0%	5,5%	75,0%
BNDES	6,8%	4,6%	0,9%	1,9%	89,2%	9,1%	0,0%
OUTROS	0,5%	2,6%	0,4%	0,3%	2,8%	0,2%	0,0%

Fonte: BNB (2021).

No plano regional, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o Banco do Nordeste realizou, no primeiro semestre deste ano,

<sup>55</sup> BNB (2021).

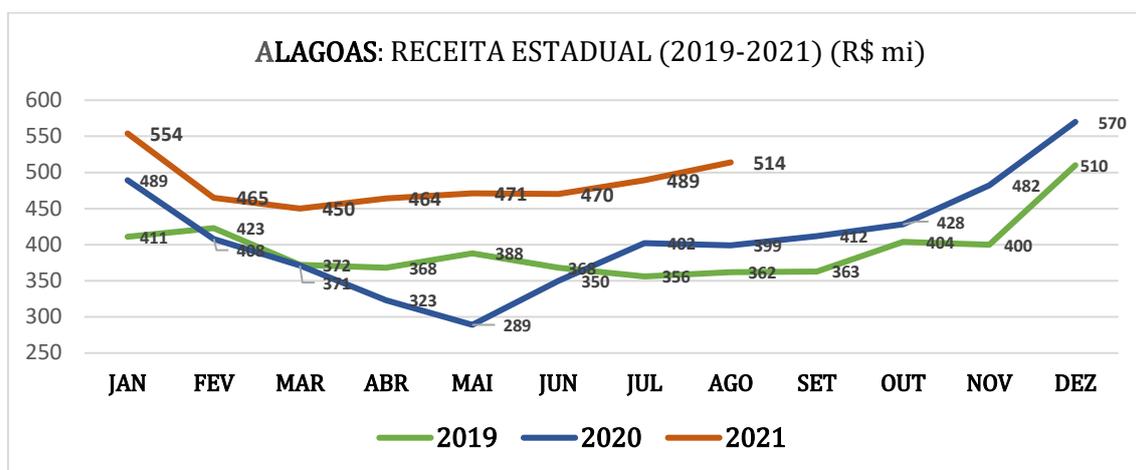
115 mil operações de crédito em Alagoas, num total de R\$ 1,2 bilhão. Dentre as operações mais amplas, o BNB realizou empréstimos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), para 15 mil agricultores familiares; e por meio do programa de microcrédito urbano (Crediamigo) realizou mais de 96 mil operações de crédito para as MEI's; e 700 para as MPE's.

Outro destaque na área financeira tem sido o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Esse programa foi um dos grandes instrumentos financeiros emergenciais utilizados no ano passado, quando mobilizou os recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO) para assegurar até 85% das perdas de crédito nas carteiras de financiamento dos micro e pequenos empresários. No primeiro ciclo, permitiu um volume de empréstimos na ordem de R\$ 37 bilhões para 460 mil micro e pequenos negócios em todo país.

Este ano, o programa se tornou permanente e menor, com a integralização de R\$ 5 bilhões ao Fundo Garantidor, valor destinado ao custeio de um novo ciclo de contratações. Nesse novo ciclo, a cobertura de risco das carteiras do programa caiu de 85% para 20%. A nova versão do programa traz condições menos vantajosas do que as praticadas em 2020. A taxa de juros, que no ano passado era de 1,25% ao ano mais Selic, está, agora, em até 6% ao ano acrescida da taxa básica de juros, a Selic.

**FINANÇAS ESTADUAIS.** Nesta última década, as finanças estaduais passaram a apresentar resultados positivos. Essa boa fase das finanças estaduais, mesmo nos dois anos de pandemia, tem permitido ao governo de Alagoas cumprir seus compromissos básicos, ampliar sua presença nas áreas social e administrativa e realizar, de maneira expressiva, investimentos em infraestrutura.

No ano passado, apesar da taxa negativa de crescimento da economia estadual (-1,5%), o resultado da arrecadação total foi positivo em 4,2%, com R\$ 200 milhões a mais que em 2019. O ICMS, o principal tributo estadual, foi responsável por um aumento de R\$ 161 milhões no valor arrecadado, o equivalente a 80% desse crescimento. Este ano, com uma expectativa de crescimento de 5% para a economia estadual, a receita corrente apresenta um resultado positivo de 27,8% nos oito primeiros meses do ano, com R\$843 milhões a mais que no mesmo período do ano passado. Neste período, a arrecadação do ICMS cresceu em 31% (R\$ 794 milhões a mais), sendo responsável por 94% do aumento alcançado na arrecadação estadual<sup>56</sup>.



Fonte: Confaz (2021).

<sup>56</sup> CONFAZ (2021).

No primeiro semestre do ano passado, a arrecadação estadual, sob influência da conjuntura criada pela pandemia, sofreu um baque, obtendo uma arrecadação menor que a do mesmo semestre do ano anterior. No entanto, o segundo semestre apresentou um desempenho positivo pela entrada dos recursos das medidas emergenciais de estímulo à economia, como o Programa de Emprego e Renda, as linhas especiais de crédito e, principalmente, o Auxílio Emergencial. Esses recursos, destinados às empresas alagoanas e ao consumo de bens populares beneficiaram as atividades comerciais, contribuindo, desta forma, para que a arrecadação do ICMS alcançasse um resultado maior do que o de 2019.

Este ano, a arrecadação manteve seu desempenho positivo, com números melhores que os do ano passado, apesar do impacto negativo da suspensão dos programas de estímulo à economia nos quatro primeiros meses do ano. A inflação e a base baixa de comparação – a arrecadação do primeiro semestre de 2020 – explicam os bons resultados das finanças estaduais este ano. A inflação que reduz o poder de compra dos assalariados, aposentados e beneficiários de políticas sociais, diminuindo o nível de consumo, eleva o volume arrecadado pelo aumento dos preços dos bens e serviços tributados. É o caso do desempenho das finanças de todos os estados brasileiros nestes meses de 2021 (janeiro/agosto), um quadro que, pela inflação crescente, deverá ser sustentado até o final do ano.

Esse novo quadro financeiro do Estado de Alagoas resulta de um somatório de iniciativas, que tem como base a reestruturação da dívida estadual, entre os anos 2012 e 2016, no âmbito do STF e do Senado Federal, constituindo um novo cenário para a questão da dívida junto à União. Essa nova condição resulta da mudança no antigo indexador da dívida, reduzindo as taxas de juros sobre o saldo devedor, diminuindo o valor das parcelas mensais, alongando por mais 20 anos os contratos, que foram recalculados por uma taxa mais favorável (Selic), baixando o saldo devedor em R\$ 2 bilhões. Esse quadro de melhoria decorrente dos acordos federais permitiu que a carga excessiva de pagamentos da dívida estadual baixasse dos 15,19% da receita corrente do Estado, em 2012, para 3,14%, em 2020.

A mudança da trajetória da dívida, mais a melhoria nos indicadores fiscais, permitiram um aumento na capacidade do Estado de fazer novos empréstimos, com a garantia da União, tanto em instituições internacionais como em bancos brasileiros. Nestas condições financeiras favoráveis, o Estado de Alagoas pode realizar crescentes investimentos, mesmo quando, na economia brasileira, vivia-se o período de recessão (2015-2016), com a travessia dos anos de crescimento baixo (2017-2019) e, recentemente, enfrentava os meses mais intensos da pandemia (2020-2021).

Em 2020, o primeiro ano da pandemia, que poderia ter sido um ano trágico para a economia estadual, Alagoas apresentou um resultado do Produto Interno Bruto (-1,5%) que, mesmo sendo negativo, foi bem melhor que o da economia nacional (-4,1%) e de muitos outros estados. Uma das razões que explicam essa queda menor das atividades econômicas está na influência das medidas emergenciais nacionais de estímulo à economia, principalmente nos setores do comércio e serviços, os mais atingidos pelas medidas de restrição.

No ano passado, o Programa de Manutenção do Emprego e Renda possibilitou 200 mil contratos de redução ou suspensão de contrato de trabalho em troca de um benefício mensal e da garantia do posto de trabalho, aliviando as contas de 15 mil empresas alagoanas. As linhas emergenciais de crédito, principalmente o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC), o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e a linha emergencial do

BNB/Sudene, atenderam a dezenas de milhares de empreendimentos no estado. Mas foi o Auxílio Emergencial, que pagando R\$5,4 bilhões de reais a 1,2 milhão de alagoanos durante nove meses, garantiu o consumo básico da maioria das famílias pobres do estado.

No mesmo período, as finanças estaduais foram beneficiadas por uma série de eventos. No mês de março, o STF suspendeu por seis meses o pagamento da dívida alagoana com a União, um valor próximo a R\$300 milhões; em abril, entraram nos cofres estaduais os recursos dos empréstimos junto à CAF/Banco de Desenvolvimento da América Latina e à Caixa Econômica, no valor de R\$ 1bilhão; em maio, o Congresso aprovou um pacote emergencial aos Estados e municípios, no valor de R\$ 60 bilhões. Na divisão, Alagoas recebeu R\$ 891 milhões, sendo R\$ 564 milhões para o Estado e R\$327 milhões para os municípios; em setembro, a outorga de concessão pública dos serviços de abastecimento de água e esgotamento na região metropolitana de Maceió rendeu R\$2 bilhões ao Estado. Essas receitas extraordinárias, em plena pandemia, aliviaram e deram fôlego às finanças estaduais, criando um quadro favorável aos investimentos. No começo deste ano, refletindo a confortável situação das finanças do Estado, o governo de Alagoas anunciou investimentos de R\$5 bilhões de reais para o biênio 2021-2022<sup>57</sup>.

Nestas condições, mesmo nos dezoito meses de pandemia, os investimentos do governo estadual prosseguiram em várias frentes: na melhoria administrativa, realizando concursos e concedendo reajustes salariais; no plano social, com novos projetos nas áreas da educação, saúde e segurança, e programas inovadores como o “Vida Nova das Grotas” e o “Cria”; e, no plano da infraestrutura, com a melhoria na rede viária e a construção de novos hospitais. Com um volume de R\$ 660 milhões aplicados nesses investimentos entre os meses de janeiro e agosto, Alagoas é 11<sup>o</sup> estado em volume de recursos públicos aplicados e o 2<sup>o</sup> em crescimento comparado com o mesmo período do ano passado. Uma posição que deverá ser modificada com o anúncio de que o Estado alcançará R\$ 2 bilhões em investimentos até o final do ano<sup>58</sup>.

Neste quarto e último trimestre do ano, a economia estadual, influenciada pelo desempenho dos seus principais setores econômicos, pela flexibilização das medidas de restrição de movimento e pela condição favorável das finanças estaduais, ainda que continue sendo penalizada pela elevação dos preços e pela alta taxa de desemprego, deverá apresentar melhores resultados do que no mesmo período do ano anterior. Provavelmente, para este ano, a economia alagoana alcançará uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto maior do que a apresentada pela economia nacional.

---

<sup>57</sup> Agencia Alagoas (21/01/2021)

<sup>58</sup> Valor Econômico (11/10/2021)